

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

15/06/2020 15:50

Sefaz-Ba orienta contribuinte a solicitar restituição de imposto via e-mail

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) orienta os contribuintes que pleiteiam restituição de imposto a enviarem a solicitação via e-mail. A solicitação era feita nas 34 unidades do fisco distribuídas por todo o estado, que deixaram de prestar atendimento presencial como parte da estratégia para conter a disseminação do novo coronavírus.

A solicitação deve conter o requerimento de restituição preenchido e encaminhado para o e-mail da região fiscal à qual o contribuinte está vinculado: restituicao_metro@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Metropolitana), restituicao_norte@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Norte) ou restituicao_sul@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Sul). O formulário de requerimento do imposto encontra-se no www.sefaz.ba.gov.br, na área "Carta de Serviços - Consulte". O contribuinte pode solicitar análise de restituição para ICMS, IPVA, ITD e Taxas.

A restituição de imposto na forma de créditos a serem ressarcidos pelo fisco ocorre em casos de erros de preenchimento, pagamentos a maior ou em duplicidade, entre outras variações. Após o recebimento do e-mail, as equipes da Sefaz-Ba farão o devido encaminhamento da demanda. O contribuinte deve aguardar a resposta também via e-mail, com a confirmação ou não do direito, prazos e formas de restituição.

Se houver dificuldade em relação a esse e outros assuntos, a Sefaz-Ba orienta que o contribuinte entre em contato via call center no 0800 071 0071 (telefones fixos) ou no 71 3319-2501 (telefone fixo e celular), nos dias úteis, das 8h às 17h, ou por meio do faleconosco@sefaz.ba.gov.br. No [site da Sefaz-Ba](#) também está disponível a Carta de Serviços ao Cidadão, contendo informações, formulários e orientações com relação aos serviços oferecidos pela secretaria.

Fonte: Ascom/ Sefaz-BA

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).
[Versão mobile](#)

Veículo: Tudo News	
Data: 15/06/2020	Caderno: Economia

tudonews.com.br

HOME BAHIA BRASIL ECONOMIA ESPORTES SEGURANÇA RMS LOTERIAS NOTÍCIAS

Contribuinte baiano pode pedir restituição de imposto por e-mail

16 de junho de 2020

23



**Adicione
nosso
WhatsApp**

Receba nosso conteúdo exclusivo.

Lista de transmissão TudoNews.

.....
(71) 98152-1147
.....

A **Sefaz (Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia)** orienta os contribuintes que pleiteiam restituição de imposto a enviarem a solicitação via e-mail. A solicitação era feita nas 34 unidades do fisco distribuídas por todo o estado, que deixaram de prestar atendimento presencial como parte da estratégia para conter a disseminação do novo coronavírus.

A solicitação deve conter o requerimento de restituição preenchido e encaminhado para o e-mail da região fiscal à qual o contribuinte está vinculado: *restituicao_metro@sefaz.ba.gov.br* (Região Fiscal Metropolitana), *restituicao_norte@sefaz.ba.gov.br* (Região Fiscal Norte) ou *restituicao_sul@sefaz.ba.gov.br* (Região Fiscal Sul). O formulário de requerimento do imposto encontra-se no www.sefaz.ba.gov.br, na área "Carta de Serviços – Consulte". O contribuinte pode solicitar análise de restituição para ICMS, IPVA, ITD e Taxas.

A restituição de imposto na forma de créditos a serem ressarcidos pelo fisco ocorre em casos de erros de preenchimento, pagamentos a maior ou em duplicidade, entre outras variações. Após o recebimento do e-mail, as equipes

da Sefaz-Ba farão o devido encaminhamento da demanda. O contribuinte deve aguardar a resposta também via e-mail, com a confirmação ou não do direito, prazos e formas de restituição.

Se houver dificuldade em relação a esse e outros assuntos, a Sefaz-Ba orienta que o contribuinte entre em contato via call center no *0800 071 0071* (telefones fixos) ou no *71-3319-2501* (telefone fixo e celular), nos dias úteis, das 8h às 17h, ou por meio do faleconosco@sefaz.ba.gov.br. No site da Sefaz-Ba também está disponível a Carta de Serviços ao Cidadão, contendo informações, formulários e orientações com relação aos serviços oferecidos pela secretaria.

Fonte: Ascom/ Sefaz-BA

Veículo: Expressão/Vitória da Conquista	
Data: 15/06/2020	Caderno: Economia



Sefaz-Ba orienta contribuinte a solicitar restituição de imposto via e-mail

A **Sefaz (Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia)** orienta os contribuintes que pleiteiam restituição de imposto a enviarem a solicitação via e-mail. A solicitação era feita nas 34 unidades do fisco distribuídas por todo o estado, que deixaram de prestar atendimento presencial como parte da estratégia para conter a disseminação do novo coronavírus.

A solicitação deve conter o requerimento de restituição preenchido e encaminhado para o e-mail da região fiscal à qual o contribuinte está vinculado:

*restituicao_metro@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Metropolitana),
restituicao_norte@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Norte) ou restituicao_sul@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Sul).* O formulário de requerimento do imposto encontra-se no www.sefaz.ba.gov.br, na área "Carta de Serviços – Consulte". O contribuinte pode solicitar análise de restituição para ICMS, IPVA, ITD e Taxas.

A restituição de imposto na forma de créditos a serem ressarcidos pelo fisco ocorre em casos de erros de preenchimento, pagamentos a maior ou em duplicidade, entre outras variações. Após o recebimento do e-mail, as equipes da Sefaz-Ba farão o devido encaminhamento da demanda. O contribuinte deve aguardar a resposta também via e-mail, com a confirmação ou não do direito, prazos e formas de restituição.

Se houver dificuldade em relação a esse e outros assuntos, a Sefaz-Ba orienta que o contribuinte entre em contato via call center no *0800 071 0071* (telefones fixos) ou no *71-3319-2501* (telefone fixo e celular), nos dias úteis, das 8h às 17h, ou por meio do faleconosco@sefaz.ba.gov.br. No site da Sefaz-Ba também está disponível a Carta de Serviços ao Cidadão, contendo informações, formulários e orientações com relação aos serviços oferecidos pela secretaria.

Fonte: Ascom/ Sefaz-BA

Cinco das dez maiores PPPs do país fracassaram ou o contrato está em risco

Problemas levam a desconfiança, especialmente de governos estaduais, e provocam redução do uso dessa modalidade de contratação

Por **Daniel Rittner** — De Brasília

16/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas





Bruno Ramos Pereira, da Radar PPP: Gestores pegaram certa aversão às PPPs — Foto: Luis Ushirobira/Valor

Pelo menos cinco das dez maiores parcerias público-privadas (PPPs) já assinadas no Brasil tiveram fortes problemas de execução e fracassaram - ou, na melhor das hipóteses, enfrentam um futuro bastante incerto. Parte dos contratos já foi rescindida. O legado da frustração é uma desconfiança, principalmente das administrações estaduais, com essa modalidade de contratação e o encolhimento da oferta de novas PPPs nos atuais mandatos de governadores.

O levantamento foi feito, a pedido do **Valor**, pela consultoria especializada Radar PPP. Dos cinco projetos com problemas, três não têm mais possibilidade de seguir adiante como concebidos inicialmente. A licitação para construir uma linha de mon trilho (18-bronze), entre São Paulo e o ABC, foi revertida pelo governo João Doria. Houve rescisão do contrato do corredor rodoviário da PR-323, que previa 207 quilômetros de vias duplicadas no Paraná, diante da incapacidade financeira da concessionária. E a gestão do lixo em São Bernardo do Campo (SP), alvo até de uma CPI na Câmara municipal, já teve seu vínculo finalizado.

O valor nominal dos dez maiores contratos alcança R\$ 76 bilhões. Só esses três mais problemáticos totalizam R\$ 21,3 bilhões. Há temores de que a PPP do Porto de Maravilha, de requalificação urbana da zona portuária do Rio, se some em breve à lista de fracassos.

De acordo com uma auditoria recente do Tribunal de Contas da União (TCU), os estudos que embasaram a compra de títulos mobiliários (Cepacs) pela Caixa Econômica Federal - base financeira do empreendimento - eram “excessivamente otimistas” e são remotas as chances de recuperação do investimento. Por falta de pagamento, a concessionária devolveu, no mês passado, a operação de dois túneis à prefeitura do Rio.

Problemas no meio do caminho

As dez maiores parcerias público-privadas do país

Contrato	Concedente	Segmento	Data da assinatura	Valor descrito no contrato (em R\$ bi)
Linha 6-Laranja do Metrô	Estado de São Paulo	Mobilidade urbana	Dez/13	15,169
Porto Maravilha	Prefeitura do Rio	Habitação e urbanização	Nov/10	8,327
Linha 18-Bronze do Metrô	Estado de São Paulo	Mobilidade urbana	Ago/14	7,897
Corredor rodoviário PR-323, PR-487 e PR-272	Estado do Paraná	Rodovias	Set/14	7,886
Iluminação pública	Prefeitura de São Paulo	Iluminação pública	Mar/18	6,936
Saneamento básico - Corsan	Estado do Rio Grande do Sul	Saneamento	Mar/20	6,928
Sistema metroviário de Salvador/Lauro de Freitas	Estado da Bahia	Mobilidade urbana	Out/13	6,858
Sistema produtor de água São Lourenço	Estado de São Paulo	Saneamento	Ago/13	6,045
Sistema integrado de manejo e gestão de resíduos sólidos	Prefeitura de S. Bernardo do Campo	Resíduos sólidos	Jun/12	5,518
Esgotamento sanitário da região metropolitana de Recife e Goiana	Estado de Pernambuco	Saneamento	Fev/13	5,284

Fonte: Radar PPP

O quinto projeto em dificuldades, mas com perspectiva de sair da lista de PPPs problemáticas, é a linha 6-laranja do Metrô de São Paulo. A espanhola Acciona está a ponto de assumi-lo, após longa negociação para substituir o grupo Move SP, formado por três grandes empreiteiras - Odebrecht, Queiroz Galvão e UTC. O governo Doria pretendia formalizar a troca em maio, retomando as obras, mas veio a pandemia e o processo foi adiado para 22 de junho. A previsão de entrega era 2020, mas só foram feitos 15% das obras.

Das dez maiores PPPs, três estão com andamento considerado positivo: as linhas 1 e 2 do metrô de Salvador-Lauro de Freitas (BA), o sistema produtor de água São Lourenço (SP) e o esgotamento sanitário na região metropolitana de Recife. A parceria da Corsan para coleta e tratamento de esgoto, em nove municípios do Rio Grande do Sul, foi assinada em março e ainda está no início. O contrato de

iluminação pública em São Paulo caminha para uma solução, após anos de impasse e disputas jurídicas.

Bruno Ramos Pereira, sócio da Radar PPP, encontra um ponto em comum na maior parte dessas parcerias: são projetos estruturados em torno do entusiasmo que o Brasil tinha sobre si mesmo até 2014. Muitos também tinham ou têm grupos atingidos pela Operação Lava-Jato, que ficaram com acesso restrito a financiamento.

Pereira lembra que os Estados demoraram a deslançar seus programas de PPP desde que a lei geral de parcerias foi sancionada, em 2004, regulamentando procedimentos de manifestação de interesse e garantias. Isso coincidiu com um período em que as construtoras estavam em forte crescimento e tinham interesse.

“São projetos altamente pretensivos, de grande porte, a maior parte assinada entre 2010 e 2014. Eles incorporaram uma euforia em seus modelos e esse otimismo foi comprado pela iniciativa privada.”

Pereira vê um reflexo negativo: “Muitos gestores ficaram assustados com a situação fiscal e pegaram certa aversão às PPPs, esquecendo que elas podem inclusive poupar recursos públicos”. No atual mandato dos governadores, houve somente seis novos projetos. Os Estados perderam o protagonismo, que hoje pertence às PPPs de iluminação pública nos municípios.

Ele enfatiza, porém, que governadores e prefeitos podem ter economia orçamentária com concessões administrativas ou patrocinadas de hospitais, escolas, creches e presídios, entre outros.

Um exemplo bastante citado de sucesso é a PPP da Bahia em que um consórcio privado, formado pela holandesa Philips, faz a gestão e a operação dos serviços de apoio ao diagnóstico por imagem em 12 hospitais públicos. O resultado tem sido aumento de pacientes atendidos, economia de recursos estaduais e ganhos para a iniciativa privada.

Pereira também menciona, como oportunidades, parcerias da União na área de infraestrutura. No momento em que o governo cogita acelerar investimentos do Estado em obras de logística, com ampliação de gastos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em rodovias federais, ele sugere como alternativa PPPs para execução do serviço por privados com aportes do Tesouro para equacionar a conta que não fecha apenas com a cobrança de pedágios.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sofre por triglicerídios no sangue? Veja isso imediatamente.

DBT COLESTEROL

LINK PATROCINADO

ALANA GANDRA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Índice de Comércio Exterior (Icomex) da Fundação Getúlio Vargas, referente a maio, divulgado ontem, confirmou tendência já sinalizada nos meses anteriores de aumento das exportações brasileiras pautadas em commodities (produtos agrícolas e minerais comercializados no mercado internacional) e destinadas para o mercado asiático, com redução para outros destinos. Segundo a FGV, o cenário de instabilidade, com desvalorização do real, não favorece as vendas de produtos industriais no exterior, que permanecem em queda.

O saldo da balança comercial foi de US\$ 4,5 bilhões em maio, inferior em US\$ 1,1 bilhão ao valor de igual mês de 2019. No acumulado do ano até maio, o saldo atingiu US\$ 15,5 bilhões, resultado menor em US\$ 4,8 bilhões ao de igual período do ano passado. O desempenho inferior na comparação interanual do acumulado até maio é explicado pela queda mais



O saldo da balança comercial brasileira foi de US\$ 4,5 bilhões em maio, inferior em US\$ 1,1 bilhão ao valor de igual mês de 2019

acentuada das exportações (-7,2%) em relação às importações (-2,5%), analisou a Fundação Getúlio Vargas.

As commodities somaram 71% das exportações brasileiras em maio e estão associadas ao setor de agropecuária, cujo aumento foi de 44,2% entre os meses de maio de 2019 e 2020, seguido do aumento de 11,3% da indústria extrativa. A indústria de transformação teve nova queda (-13,7%).

O volume exportado pelo Brasil aumentou 4,1% e o importado, 0,9% na comparação de maio de 2020 contra o mesmo mês de 2019. O aumento do volume exportado é explicado pelas commodities, que aumentaram 23,7% na comparação entre os meses de maio e 10,9%, no acumulado até maio deste ano comparativamente com o mesmo período do ano passado. Em termos de valor, as exportações de commodities caíram 15% em maio, ante maio de 2019, e aumentaram 4% no acumulado do ano até maio. "Resalta-se que o aumento no volume tem sido compensado pela retração dos preços em maio (-20,5%) e no período de janeiro/maio

COVID-19 Cenário provoca redução da venda de produtos industrializados e para outros destinos

EXPORTAÇÕES DE COMMODITIES DO BRASIL CRESCEM PARA A ÁSIA

(-5,2%), o que explica o comportamento do valor", salienta o Icomex. As vendas de não commodities caem na comparação dos meses de maio (-27,7%) e no acumulado do ano (-20,3%), com queda de preços em ambos os casos.

Petróleo

A FGV esclareceu que os dados de importações foram afetados pelas plataformas de petróleo em maio deste ano. As importações mostraram variação de 78,7% em maio e de 22,2% no acumulado dos cinco primeiros meses deste ano. Embora essas plataformas operem no país, elas eram registradas em subsidiárias da Petrosbras no exterior para obten-

ção de isenções fiscais, de acordo com o Icomex. "Com a instituição do regime aduaneiro especial Repetro-Sped, em 2018, as plataformas têm sido nacionalizadas, o que influencia o valor das importações. Sem as plataformas, as importações em maio teriam recuado em 29% e o saldo seria de US\$ 7,3 bilhões, o maior saldo desde 2018. O saldo seria maior, mas explicado pela queda da retração da atividade econômica", indica o Icomex.

Se excluirmos as plataformas, há uma queda nos bens de capital de 39,9% (maio) e de 3,7% no acumulado até maio, resultado que afeta a indústria de transformação.

"Havíamos registrado uma queda de 13,7% na comparação interanual entre maio de 2019 e 2020 e sem as plataformas passa para um recuo maior de 19,5%", indica o estudo.

De acordo com a FGV, o cenário recessivo da economia explica a queda nas compras de máquinas e equipamentos para o setor de agropecuária e indústria. Para o setor agropecuário, os resultados no nível de atividade são positivos, mas a desvalorização do real encarece a compra de novos equipamentos.

O Icomex confirma que a dependência das exportações das commodities, principalmente do setor agropecuário, se traduz na crescen-

te importância da China como destino das exportações nacionais. Em maio, o volume exportado para a China cresceu 64,7% em relação a igual mês de 2019 e caiu para o restante da Ásia. Mesmo assim, China e o restante da Ásia são os únicos mercados com variação positiva na comparação do período de janeiro/maio entre 2019 e 2020, ressalta o estudo.

A China atendeu 32,5% das exportações brasileiras e 20,8% das importações, no período de janeiro a maio de 2020. O mercado chinês é considerado essencial para um desempenho favorável das exportações brasileiras. Em maio, 78% das exportações para a China foram compostas de soja em grão

(52,8%), minério de ferro (13,4%) e petróleo (12,2%). As carnes bovina, suína e de frango somaram 9,5% das exportações para o país.

As maiores quedas nas exportações brasileiras foram observadas para a Argentina (-55,2%), México (-46,6%), Estados Unidos (-36,8%) e demais países da América do Sul (-30%).

As perspectivas não são muito otimistas, analisou o Icomex da FGV. As notícias divulgadas no final da segunda semana de junho sobre uma possível nova onda de epidemia do novo coronavírus na China reacendeu o alerta de um cenário ainda incerto, contrariando perspectiva "moderadamente otimista".

Setor turístico só acredita em recuperação a partir de 2021

LETYCIA BOND

Agência Brasil, São Paulo

Relatório da Rede Brasileira de Observatórios de Turismo (RBOT), sistematizado pelo Observatório de Turismo, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), revelou que prepondera no setor a perspectiva de que baixas financeiras provocadas no contexto da pandemia da Covid-19 sejam recuperadas somente no ano que vem. A avaliação foi manifestada por 51% das 4.921 pessoas consultadas pela sondagem.

Os participantes abrangem profissionais atuantes de diversas áreas ligadas ao turismo, como hospedagem, alimentação, agências, operadoras de turismo e produtoras de eventos, além de representantes de prefeituras e associações. Ao todo, 15 estados foram contemplados pelo levantamento, o primeiro feito pela RBOT, e que deverá ter os números atualizados.

O estudo, intitulado Sondagem empresarial dos impactos da Covid-19 no setor de turismo do Brasil, também mostra que 12% imaginam que a melhora deve demorar para chegar, vindo apenas depois de 2021. Ainda menos otimista, uma parcela de 3% afirma que o prejuízo é irreversível, ou seja, que não irá conseguir se restabelecer.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

COVID-19 Resultado acima da média aconteceu no município de Morro do Chapéu

MARJORIE MOURA

O Dia Mundial do Vento foi comemorado na Bahia com informações de que a geração de energia ficou acima da média no município de Morro do Chapéu. O recorde do fator de capacidade de geração de energia do complexo eólico Ventos de Santo Abraão, da Enel Green Power, chegou a 52,1%, em abril, maior registrado no período.

O estado mantém a liderança do segmento de energias renováveis do país e no primeiro quadrimestre do ano, representa 31% em relação ao restante do Brasil, o que consagra a liderança nacional. Ontem, na comemoração da data, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SDE) divulgou dados atualizados do setor, no Informe Executivo mensal de Energias Renováveis.

"A Bahia tem 170 parques eólicos em operação, mais de 1,3 mil aerogeradores, que o povo no interior chama carinhosamente de 'catavento', e uma capacidade instalada de 4,1 gigawatts (GW).

Os R\$ 16,7 bilhões investidos por essa centena de empreendimentos beneficiaram 20 municípios baianos. Ou seja, os números do estado no segmento de energias renováveis são extremamente significativos e é motivo não só de muito orgulho para nós que estamos na linha de frente da atração de investimentos, mas de esperança para a economia no pós-pandemia", destaca o vice-governador João Leão, secretário titular da SDE.

A expectativa se baseia nos 53,5 mil empregos previstos para ser gerados pelos

BAHIA REGISTRA RECORDE DE GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA



Paula Prates / Gov-BA

A Bahia é líder no segmento de energias renováveis

"Os números do estado no segmento de energias renováveis são motivo de esperança para a economia no pós-pandemia"

JOÃO LEÃO, vice-governador

38 novos parques em construção e nos 86 que estão em fase de iniciar a construção. Juntos, esses novos complexos devem injetar R\$ 13,1 bilhões em investimentos no território baiano.

Outra curiosidade do setor eólico na Bahia é que a energia gerada nos 170 parques ativos tem capacidade de abastecer cerca de 8,3 milhões de residências e beneficiar aproximadamente 25 milhões de habitantes – quase o dobro da população baiana, que é de 14,8 milhões, segundo o IBGE. Isso

ocorre porque a energia gerada pelos ventos no estado é distribuída para todo o país, pelo operador nacional do sistema elétrico.

Cadeia produtiva

A Bahia possui empresas de todos pontos da cadeia produtora. Roberta Bonomi, responsável pela Enel Green Power no Brasil, que possui grandes interesses do segmento no estado, explica que "o estado da Bahia possui abundância de recursos naturais para a geração de energia renovável e um ce-

nário competitivo para a instalação de projetos, em função de um ambiente de negócios favorável. A Enel Green Power é atualmente líder em geração eólica no país, e a Bahia é um dos estados em que mais investimos nos últimos anos. Cerca de 82% da atual capacidade de geração eólica da Enel no Brasil está instalada na Bahia, incluindo o projeto Delfina, no município de Campo Formoso, que é o nosso maior parque eólico em operação no país".

A celebração do Dia Mun-

dial do Vento foi criada pelo Conselho Global de Energia Eólica (Global Wind Energy Council – GWEC). Começou como uma data europeia em 2007, mas tornou-se uma data mundial em 2009, começando a ser celebrada em 2010, quando o GWEC e a European Wind Energy Association (agora Wind Europe) passaram a organizar eventos ao redor do mundo com o objetivo de informar as pessoas sobre a importância das energias renováveis nas matrizes energéticas, principalmente a energia eólica.

PANDEMIA Relatório tem caráter preliminar e resultado pode variar com ocorrência de fatos novos

AUDITORIA DO TCE-BA ANALISA COMPRAS FEITAS PELO ESTADO

DA REDAÇÃO

O governo do estado da Bahia tem conseguido comprar equipamentos e insumos necessários ao combate à pandemia da Covid-19 a preços abaixo da média registrada pelas demais unidades da Federação, mas existem falhas na transparência das despesas, pois até o momento o portal da internet destinado à transparência dos gastos não contém todas as contratações realizadas. A divulgação demora para ser feita, e o site não permite a gravação em meio eletrônico das informações disponibilizadas.

Essas foram algumas das conclusões iniciais da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) sobre a atuação do estado da Bahia durante a pandemia. No relatório, os auditores sugerem alertas e determinações sobre a necessidade de avaliação dos riscos das aquisições, inclusão de garantias nos contratos e transparência das operações. As equipes de auditores apuraram ainda que, de março a maio de 2020, a

queda da receita baiana gira em torno de 19,71% quando comparada com o mesmo período de 2019.

Concluída ontem, a fase inicial da auditoria teve início em 31 de março deste ano, e o relatório tem o propósito de apresentar as informações preliminares, levantadas até o momento, sobre os impactos da pandemia nas receitas do estado, sobre as medidas de contenção de despesas e as compras de equipamentos e serviços médicos e hospitalares. Entre as questões abordadas pelos auditores da 2ª, 3ª e 6ª coordenadorias de Controle Externo (CCEs), destacam-se o impacto da quarentena nas receitas do estado e o custo médio dos equipamentos e insumos adquiridos em comparação com os valores de outros entes federativos.

Já sobre as aquisições de itens de uso médico e hospitalar, os preços médios da Bahia têm ficado abaixo da média dos demais entes da Federação. Por outro lado, a auditoria identificou falhas na transparência das despesas com a Covid-19, já que o estado da Bahia não vem

cumprindo integralmente a Lei Federal nº 13.979/2020, pois até o momento o portal destinado à transparência das despesas na pandemia não contém todas as contratações realizadas, a divulgação demora para ser feita e o site não permite a gravação em meio eletrônico das informações disponibilizadas.

A auditoria agora será autuada e terá relator sorteado para posterior julgamento pelo plenário do TCE. Os auditores ressaltaram que o relatório tem caráter preliminar,

pois existem outros exames em andamento, e o opinativo conclusivo poderá variar com a devolução dos recursos ou pela ocorrência de fatos novos durante a pandemia.

Ventiladores

O relatório da auditoria também apresenta resultados sobre o tema mais polêmico até o momento, que diz respeito à aquisição de ventiladores mecânicos para os leitos destinados aos infectados pelo novo coronavírus. Conforme a apuração dos auditores, de

forma independente ou por intermédio do Consórcio Nordeste, o estado da Bahia já contratou respiradores pulmonares junto a seis empresas internacionais diferentes, sempre mediante a antecipação do pagamento, no todo ou em parte.

Até o momento, apenas as empresas Asano e Leistung entregaram a encomenda, no total de 219 equipamentos e ao custo de R\$ 11,5 milhões. As empresas Tianjin e Pulsar não entregaram os produtos, mas devolveram os recursos recebidos. Além do já divulgado contrato da Hempcare, a auditoria identificou que também não chegaram os equipamentos adquiridos junto à empresa Ocean 26, assim como não foi demonstrada até o momento, pelos gestores da Casa Civil e Sesab, a devolução do valor de R\$ 44,8 milhões, pagos de forma antecipada. Sobre o contrato da Hempcare, no valor de R\$ 48,7 milhões, sendo R\$ 9,7 milhões da Bahia e o restante dos demais estados do Consórcio Nordeste, a restituição dependerá do desfecho da ação judicial em curso.

Relatório tem o propósito de apresentar as informações preliminares sobre os impactos da pandemia nas receitas

Relatório da auditoria também apresenta resultados sobre a aquisição de ventiladores mecânicos

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● As academias são fundamentais para evitar o sedentarismo e doenças no isolamento social **Téo Senna**

Vereador pelo PSDB de Salvador, ao defender a reabertura de estabelecimentos para práticas esportivas e cuidados físicos

PÍLULA

● **De volta** Após 90 dias de esforços concentrados na cobertura da pandemia pelo CORREIO, a coluna volta a ser publicada regularmente de segunda a sexta. Aos leitores, agradecemos pela espera.

Em ponto de bala

Um escritório de advocacia com trânsito livre na cúpula do Judiciário baiano está entre os principais alvos da próxima fase da Faroeste, prevista para ser deflagrada em breve. À Satélite, investigadores escalados para tocar a operação contra o esquema de grilagem e venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ) revelaram que a banca comandada por advogados conhecidos pelas ligações com integrantes da Corte entrou na mira da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Polícia Federal (PF) após indícios fornecidos recentemente por um novo delator da Faroeste, cujo nome é mantido em sigilo. No entanto, fontes com acesso ao caso garantem que a futura etapa da investigação é baseada em depoimentos prestados por um dos desembargadores acusados de receber propina do esquema.

STAND BY

Segundo apurou a coluna, a Faroeste mantém em compasso de espera outras ofensivas sobre magistrados do TJ e só não entrou em campo por causa de limites impostos pela pandemia.

Idas e vindas

Ainda de acordo com fontes da operação, as tratativas sobre uma eventual colaboração premiada entre a PGR e a desembargadora afastada Sandra Inês Moraes Rusciollelli estão avançadas, mas esbarraram na desconfiança de procuradores, que suspeitam de informações omitidas para proteger amigos. Sandra Inês foi presa dia 24 de março em ação controlada da PF. Na ocasião, os agentes federais monitoraram a entrega de R\$ 250 mil pagos por um advogado que firmou delação com a Faroeste. O dinheiro estava na residência do filho da desembargadora, Vasco Rusciollelli, também preso por suspeita de operar propinas para a mãe.

Última reta

A Justiça pode decidir a qualquer momento se determina ou não o afastamento definitivo de Almiro Sena do cargo de promotor do Ministério Público do Estado. Sena teve a demissão pedida pelo MP após ser condenado por assediar sexualmente três servidoras quando era secretário estadual de Justiça e Direitos Humanos, de 2011 a 2014. No último dia 28, o juiz da 4ª Vara Cível e Comercial de Salvador, George James Costa Vieira, abriu 15 dias de prazo para que o MP e a defesa do promotor digam se o processo está pronto para ser julgado.

Cadeias de risco

Relatório interno do sistema prisional do estado revelou a existência de 215 casos confirmados de covid-19 em 22 penitenciárias, presídios e unidades de detenção da Bahia até sexta-feira passada. Destes, 198 são servidores da área, contra 17 presos. Em primeiro lugar, com 73 casos, aparece o Conjunto Penal de Itabuna, seguido pelo Presídio de Salvador, com 28, e pelo Centro de Observação Penal (COP), também situado na capital, com 16. Há ainda mais de 1,2 mil casos suspeitos.

Visão turva

Auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE) detectou falhas na transparência das despesas custeadas com verbas para a pandemia pelo governo baiano. Em especial, alertou o TCE, o portal destinado à divulgação dos gastos não contém todas as contratações realizadas.

Visão turva

Auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE) detectou falhas na transparência das despesas custeadas com verbas para a pandemia pelo governo baiano. Em especial, alertou o TCE, o portal destinado à divulgação dos gastos não contém todas as contratações realizadas.

NOVO SECRETÁRIO O economista Bruno Funchal vai assumir o cargo de secretário do Tesouro Nacional em 31 de julho, confirmou o Ministério da Economia na tarde de ontem. Ele irá substituir Mansueto Almeida, que anunciou estar deixando o cargo. Em nota, a pasta comunicou que iniciou a transição do comando, ocupado desde abril de 2018 por Almeida, que deve ir para a iniciativa privada.

Funchal, de 41 anos, é bacharel pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com pós-doutorado pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). É professor titular da FUCAPE Business School e foi pesquisador visitante na Universidade da Pensilvânia.

Em 2017 e 2018, Funchal foi Secretário de Fazenda do Espírito Santo e atuou como um dos responsáveis pelo processo de ajuste das contas estaduais. Na nota, o Ministério destacou que ele estava no cargo quando o Estado foi “o único que recebeu nota A” na classificação de risco do Tesouro Nacional.

Desde o início do governo Jair Bolsonaro, o futuro se-

Bruno Funchal assumirá Tesouro em 31 de julho

Funchal já integra o governo, é diretor de programa da Secretaria Especial de Fazenda



EDU ANDRADE/MINISTÉRIO DA ECONOMIA

cretário do Tesouro integra a equipe da Secretaria Especial de Fazenda como diretor de programa e “trabalha pelo ajuste fiscal do país”, diz a nota. Ele foi um dos técnicos responsáveis para elaboração do projeto do Pacto Federativo.

Funchal terá pela frente o enorme desafio de conter a deterioração fiscal, em decorrência dos gastos emergenciais contra a pandemia e o seu impacto social e econômico, e buscar o reequilíbrio das finanças públicas a partir de 2021. De acordo com projeção do FMI (Fundo Monetário Internacional), a dívida bruta, hoje, em 89,5% do PIB (Produto Interno Bruto) deverá chegar no final do ano perto de 100% do PIB.

“É importante que o novo secretário e cúpula da Economia continuem e aprimorem o diálogo com Congresso e governadores”
Mansueto Almeida

Secretário do Tesouro, que deixará cargo em 31 de julho, Bruno Funchal assume

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Futuro do ajuste no pântano político

Mansueto Almeida é um desfalque grande para a equipe econômica, em um momento que será necessário ter firmeza na questão fiscal, capacidade de diálogo com o Congresso e os governadores, conhecimento da máquina e destreza técnica em contas públicas. O economista é um quadro do setor público e era o único, dentro da equipe, que já estava no cargo desde o governo anterior. Por característica pessoal e por essa história, sempre teve mais independência para dizer o que fosse necessário internamente.

Bruno Funchal, que vai substituí-lo, vem da melhor experiência fiscal estadual que é a do Espírito Santo, o único estado com a nota de crédito A. Funchal substituiu Ana Paula Vescovi quando ela deixou o estado para ser secretária do Tesouro no começo do governo Temer. Depois, ela virou secretária-executiva do antigo Ministério da Fazenda, e Mansueto foi ser secretário do Tesouro.

Mansueto preparou sua saída para não "causar". Foi dizendo internamente e preparando o movimento. Ele tem dito que o fiador das contas públicas não é ele, mas o ministro Paulo Guedes. Não está sendo insincero, porque é isso que realmente

acredita. Mas Guedes tem dado sinais desde o começo do governo de que consegue adaptar seus projetos ao que o presidente quer. Usa sempre o argumento de que Jair Bolsonaro é que foi eleito. Se todos os ministros da Fazenda usassem o mesmo argumento teria havido muito mais interferência política no Ministério. Uma forma de blindar a Economia é exatamente não ceder à lógica política. Isso é diferente de ter diálogo com o Congresso. Há momentos em que o ministro dessa pasta tem que ser o doutor "não". O presidente Jair Bolsonaro nunca teve convicção fiscalista, nem mesmo liberal. E agora, que está fazendo acordo com o Centrão, cresceram as ameaças contra o projeto de austeridade e não interferência política nas questões fiscais e

econômicas.

Este ano não é o momento de austeridade no sentido de buscar uma meta fiscal, mas sempre será necessário procurar a eficiência da despesa pública, a transparência de cada conta, e o projeto de médio e longo prazos para inverter a curva da dívida que está subindo exponencialmente. O sinal dado com a entrega da presidência do Banco do Nordeste a um indicado pelo Centrão é muito ruim. O nome escolhido durou 24 horas. Isso significa que o controle que o Planalto diz que tem sobre a qualidade das escolhas não resiste ao primeiro teste de consistência. É sempre um risco a entrega de bancos públicos no balcão das negociações políticas.

O país terá este ano um dé-

ficit jamais visto. De mais de R\$ 700 bilhões. A dívida que estava começando a ser reduzida dará um salto para 95% do PIB ou mais. O presidente luta contra seu enfraquecimento político, voltando-se para o grupo de partidos ao qual sempre pertenceu, atrás de um total de 200 votos. Isso é um pouco mais do que o necessário para barrar um processo de impeachment, mas não o suficiente para aprovar projetos, muito menos mudanças constitucionais. Pela trilha que escolheu, Bolsonaro continuará fazendo provocações - como a da semana passada, ao mandar uma MP inconstitucional ao Congresso e vê-la devolvida - em vez de negociar um verdadeiro entendimento institucional.

Nesse quadro tormentoso, o

ministro Paulo Guedes tentará retomar a mesma agenda de antes, apesar de não ter conseguido entregar ao Congresso as propostas de reformas administrativa e tributária. Nesse quadro, qual a chance de prosperar um bom, consistente e coerente plano pós-pandemia? Muito pequena. Um detalhe que não passa despercebido é a frequência com que o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, o homem das 15 armas e do litro de cloroquina, aparece em transmissão do presidente para fazer coisas como tomar um copo de leite ou referendar o uso político dos programas públicos. Guimarães é a ponta mais visível da politização da equipe econômica. Mansueto era a parte mais forte do apuro técnico da equipe.

A mudança do critério de transferência de recursos aos estados foi feita por ordem direta do presidente Bolsonaro, que queria reduzir ao máximo o socorro a São Paulo. Se fosse pelo valor da arrecadação de ICMS, o governo paulista receberia mais. Por isso, foi necessário inventar uma fórmula mais complexa. Concessões da equipe e a distribuição de cargos ao Centrão tornarão mais difícil o projeto de ajuste quando ele for necessário.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 16/06/2020	Página:

Correio*

IR NÃO FOI ENTREGUE POR 40% DAS PESSOAS

IMPOSTO A 15 dias do término do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda 2020, mais de 12,8 milhões de brasileiros ainda não entregaram os dados para a Receita Federal. O número representa cerca de 40% da expectativa de entrega, estimada em 32 milhões de informes. Por causa da pandemia do coronavírus, o governo adiou a entrega dos dados preenchidos para 30 de junho. Quem perder o prazo estará sujeito a multa de 1% sobre o valor total do imposto devido.

GOVERNO SIMPLIFICA REGISTRO DE EMPRESAS

DESBUROCRATIZAR O Ministério da Economia anunciou uma instrução normativa para simplificar o registro público de empresas. Passa a ser dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópias pelos cartórios de quaisquer documentos apresentados nas juntas comerciais para arquivamento. Também foram revogadas 56 normas. A iniciativa faz parte do processo de simplificação e desburocratização implementado pela Lei de Liberdade Econômica.

Sem atraso

O governador Rui Costa (PT) garantiu que o Estado não trabalha com a hipótese de atrasar o salário dos servidores públicos em meio à pandemia do novo coronavírus. "Não trabalhamos com essa possibilidade. Vamos manter o investimento. Isso gera emprego", declarou o chefe do Executivo baiano. "Todo cuidado é pouco", acrescentou o petista, em entrevista à Record Bahia ontem.

Preços baixos

O Governo do Estado da Bahia tem conseguido comprar equipamentos e insumos necessários ao combate à pandemia da Covid-19 a preços abaixo da média registrada pelas demais unidades da Federação, mas existem falhas na transparência das despesas, pois até o momento o portal da internet destinado à transparência dos gastos não contém todas as contratações realizadas. A divulgação demora para ser feita, e o site não permite a gravação em meio eletrônico das informações disponibilizadas.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SDE) informou ontem que o vice-governador João Leão, titular da pasta, vai processar judicialmente, por danos morais, os empresários Paulo de Tarso, CEO da empresa



Paulo de Tarso

Biogeoenergy, preso na Operação Ragnarok e que está sendo investigado pela fraude na compra de respiradores, e o empresário Cleber Isaac, citado como "intermediário" no caso. "Diferente do que foi dito pelo Paulo de Tarso, ele procurou a SDE interessado em abrir fábrica do equipamento na Bahia, jamais tratamos de contrato comercial, pois este não é o mote de atuação da SDE. Além disso, eu jamais tutelei o Cleber Isaac para representar o governo em tratativa comercial, nem o conhecia. Estou processando os dois", diz o texto.

Contrariado

O governador Rui Costa (PT) garantiu ontem, em entrevista à Record Bahia, que irá enviar ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNP) um pedido de pronúncia a respeito da ação tomada pelo MP-BA e pelo MPF no processo que investiga a compra de respiradores. O MP estadual abriu mão de atuar no processo, ao passo que o MPF sugeriu encaminhá-lo para a esfera do STJ (Superior Tribunal de Justiça), o que foi acatado pela juíza Virgínia Silveira, da 2ª Vara Criminal Especializada de Salvador do Tribunal de Justiça da Bahia, sob o argumento de que havia uma autoridade com prerrogativa de foro sob investigação. A medida também foi criticada no STJ.

Cadê o crédito?

Em entrevista à CNN, o deputado federal Baleia Rossi, presidente do PMDB, acompanhou o colega Rodrigo Rossi no que toca à necessidade imperiosa de serem liberados créditos para as micro, pequenas e médias empresas. "O dinheiro não está chegando na ponta e o resultado é o fechamento de inúmeras empresas, com o aumento do desemprego", disse o deputado.

Tribuna

“Não tenho rabo preso. Quero investigação e devolução do dinheiro”

DA REDAÇÃO

O governador Rui Costa falou sobre as investigações relacionadas à compra de respiradores pelo Consórcio Nordeste e a tentativa de recuperar o dinheiro pago à empresa Hemptcare, durante uma entrevista ao vivo para a Record TV Itapoan, no início da tarde de ontem. Ele se mostrou indignado com a situação e ressaltou que sempre prezou pela honestidade e pelo cuidado com o recurso público, em quase 40 anos de carreira profissional, e que não desistirá até que tudo seja elucidado e o dinheiro devolvido aos estados que integram o Consórcio Nordeste.

“Eu tenho 39 anos de carreira profissional. Já trabalhei em fábrica, fui diretor de sindicato, vereador, secretário, deputado e hoje sou governador. O único patrimônio que eu tenho é um apartamento, que ainda estou pagando, porque não escolhi, para minha existência aqui na terra, acumular patrimônio pessoal. Tenho um desejo, que carrego na alma e no coração, que é finalizar minha participação como governador da Bahia honrando a memória do meu pai e da minha mãe, por quem fui e sou apaixonado até hoje. Sou grato pela educação que eles me deram. Sou apaixonado por meus filhos. Além de honrar a memórias deles, quero que, quando eu for para outra existência, meus filhos possam olhar de cabe-

ça erguida e se orgulhar da história de vida do pai deles”, destacou.

O governador pontou que todos devem pagar pelos erros e crimes cometidos, não importa quem esteja envolvido. “Eu não tenho compromisso com nenhuma pessoa que fez coisa errada, não me interessa quem seja. Eu não tenho rabo preso com ninguém. Eu quero apuração, quero investigação, quero o retorno do dinheiro público não somente para a Bahia, como para todos os outros estados do Nordeste”, reforçou.

Ao final, Rui fez um pedido. “Meu apelo para quem ocupa cargo público é ‘faça a coisa certa’. Qual o sentido de paralisar a ação? Deixa essa disputa política de lado. Isso não está fazendo

O GOVERNADOR
Rui Costa falou sobre as investigações relacionadas à compra de respiradores pelo Consórcio Nordeste



bem ao Brasil. Nunca autorizei ninguém a fazer nada de errado, nem mesmo as pessoas que, eventualmente, eu nomeei para o governo. Não vou descansar até que ocorra a conclusão de todo o processo e que as coisas fiquem devidamente claras”.

Perguntado sobre o retorno às aulas na rede estadual, o governador afirmou que ainda não há data definida, mas garantiu que a Secretaria da Educação do Estado está trabalhando

para agilizar a retomada das atividades letivas, quando isso for possível. “Está ocorrendo um grande planejamento para que possamos fixar uma data de retorno para em breve. O trabalho de preparação da escola e do material didático, inclusive com adequações físicas na estrutura, com a colocação de torneiras, pontos com álcool em gel e distribuição de máscaras são algumas das ações que integram este planejamento”, anunciou.

Saúde - O município de

Teixeira de Freitas recebe ainda este mês, um novo tomógrafo de 16 canais comprado pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab). Com investimento de R\$ 1,6 milhão, o equipamento será instalado no Hospital Municipal de Teixeira de Freitas e ajudará no tratamento de pacientes contaminados pelo novo coronavírus, além de atender toda a demanda de alta complexidade da unidade.

O secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, explica que o uso do equipamento assegura um diagnóstico e tratamento mais preciso, seja em casos de Covid-19 ou outras doenças. “Temos o compromisso de investir em inovação e tecnologia, de forma que se reduza o tempo de espera por exames de imagem de alta complexidade e que os níveis de qualidade no atendimento dos pacientes sejam elevados”, afirma o secretário.

A tomografia computadorizada de tórax é um importante exame para pacientes que apresentam insuficiência respiratória relacionada à Covid-19, pois indica com mais precisão a condição dos pulmões, além de permitir um rastreo intermitente da melhora ou piora clínica do paciente.

OPERAÇÃO RAGNAROK

Leão processará CEO da Bioenergy por danos morais

JOÃO LEÃO

vai processar os empresários Paulo de Tarso, CEO da empresa Biogeoenergy, preso na Operação Ragnarok, e Cleber Isaac



HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SDE) informou ontem por meio de nota que o vice-governador João Leão, titular da pasta, vai processar judicialmente, por danos morais, os empresários Paulo de Tarso, CEO da empresa Biogeoenergy, preso na Operação Ragnarok e que está sendo investigado pela fraude na compra de respiradores, e Cleber Isaac, citado como “intermediário” no caso.

“Diferente do que foi dito pelo Paulo de Tarso, ele procurou a SDE interessado em abrir fábrica do equipamen-

to na Bahia, jamais tratamos de contrato comercial, pois este não é o mote de atuação da SDE. Além disso, eu jamais tutelarei o Cleber Isaac para representar o governo em tratativa comercial, nem o conhecia. Estou processando os dois”, diz.

A SDE se posiciona também sobre a natureza do assunto tratado institucionalmente entre a empresa e a pasta. Segundo a pasta, a Biogeoenergy procurou a secretaria, no final de abril, interessada em implantar uma unidade fabril de respiradores e uma unidade de reciclagem de plástico na Bahia. Leão e equipe técnica receberam a comitiva da empresa, procedimento que ocorre com todo

investidor que procura a pasta querendo trazer novos empreendimentos para o Estado. “Jamais foi tratado com a empresa sobre operação comercial de venda de respiradores”, reforça Leão. Isto porque a SDE não participa do processo de compras de equipamentos hospitalares no Estado. A pasta tem atuação focada na atração de investimentos, incentivando com benefícios fiscais as empresas que, obedecendo os critérios técnicos e de legalidade, se implantam na Bahia gerando emprego e renda para os baianos.

A SDE declara ainda que a reunião com a Biogeoenergy ocorreu em uma sala com seis pesso-

as, como é determinado pelo titular da pasta, o vice-governador João Leão. Na reunião, a empresa foi informada que a assinatura do protocolo de intenções ocorreria mediante verificação técnica do equipamento, feita pelo Senai Cimatec, e após aprovação da Anvisa.

O aparelho não passou pelo crivo técnico da análise feita pelo Cimatec e nem detem autorização da Anvisa. Este fato inviabilizou o pedido de assinatura de protocolo de intenções para possível abertura de uma fábrica na Bahia. Ou seja, o protocolo de intenções não foi sequer assinado. Na semana passada, Paulo de Tarso disse que não pretendia devolver o dinheiro.

Ragnarok: procuradoria vai ao CNJ para manter ações

DA REDAÇÃO

A Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE-BA), representando o Estado da Bahia e o Consórcio Nordeste, entrou junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) com medidas administrativas e judiciais para reverter a decisão judicial que entendeu pela incompetência para a tramitação dos procedimentos criminais relativos à compra dos respiradores mecânicos, atualmente objeto de investigação na Operação Ragnarok. A decisão ocasionou a soltura dos suspeitos e paralisação das investigações. A PGE considera que a eventual existência de outro processo ou in-

vestigação em outra instância não exclui necessariamente a competência estadual.

A PGE apresentou agravo interno para reverter a extinção do mandado de segurança, que foi impetrado com o objetivo de cassar os efeitos da decisão. A Procuradoria Geral do Estado da Bahia apresentou também, desta vez junto ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, pedidos de providências. Por serem procedimentos aos quais a lei impõe sigilo, não é possível apresentar detalhes.

Sendo o governador do Estado da Bahia o representante eleito do Consórcio Nordeste, compete a PGE-BA o assessoramento jurídico do referido consórcio.

Tribuna

PONTO DE VISTA

Luiz Holanda

A economia em época de coronavírus

Aturbulência econômica causada pelo coronavírus colocará 14,4 milhões de brasileiros na pobreza, segundo estudo do Instituto Mundial das Nações Unidas para a Pesquisa Econômica do Desenvolvimento (UNU-WIDER). Relatório do Banco Mundial estima que o PIB de 90% das 183 economias avaliadas cairá em 2020 mais do que os 85% dos países que sofreram recessão durante a Grande Depressão da década de 1930.

O número de pessoas que poderão passar a viver com menos de US\$ 5,50 (R\$ 27,40) por dia é tamanho que poucos governos

terão condições de manter a paz social. No mundo, 527,2 milhões de novos pobres aparecerão, o que significa dizer que eles só têm um caminho: ou vão para o crime ou se associam para cobrar o imposto de sobrevivência pago pelos ricos

Segundo estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), se o vírus continuar sob controle daqui para frente, a economia mundial sofrerá uma queda de 6% em 2020, no mínimo. Em 2021, poderá haver uma pequena recuperação, mas isso não impedirá o aumento da pobreza.

Na América Latina, a Argentina será o país que

mais sofrerá com a crise, com uma previsão otimista de recessão de 8,3%. Já para o Brasil, a previsão inicial era que o nosso PIB crescerá 2,17%, mas, diante da continuidade da crise, espera-se um crescimento de apenas 2% em 2021, isso após uma queda de 4,1% neste ano.

Além dessa crise, a guerra entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Executivo deverá agravar ainda mais a situação. Pela Constituição de 1988, o Judiciário funciona como o fiel da balança entre os poderes. É ele que garante o equilíbrio entre o STF e o Executivo. Este, por sua vez, tem a atribuição de executar as leis e garantir o cumprimento das decisões judiciais.

Segundo nossa Carta Magna, cabe à instância máxima do Judiciário (STF) o papel de guardião da Constituição, julgando questões que tenham alguma relação com nossa Lei Maior. Daí o motivo pelo qual é co-

nhecido como um tribunal constitucional.

O problema é que alguns apoiadores do presidente atacam o STF em quase todas as manifestações de apoio ao governo. Na última, chegaram a lançar sobre o Supremo alguns foguetes de artifícios que poderiam causar incêndio em um prédio público, patrimônio da nação.

Os bolsonaristas acham que o art. 142 da CF dá às Forças Armadas um poder que elas não têm, ou seja, o de intervir em qualquer dos poderes para moderar suas decisões.

Ora, o dispositivo em questão simplesmente trata da execução das missões das Forças Armadas quando usadas para a manutenção da ordem, ou seja, na segurança pública e nada mais. Quem causou essa celeuma toda foi um "jurista" de plantão.

Luiz Holanda é advogado e professor universitário.

Tribuna

Obras da nova rodoviária devem começar em até 30 dias, diz Agerba

LÍCIO FERREIRA / REPORTER

“O projeto de execução do Novo Terminal Rodoviário de Salvador está em fase de elaboração. A empresa tem até o final de novembro para entregá-lo e, após aprovação, as obras civis devem começar em até 30 dias. O prazo estimado para a execução do novo terminal, é de 24 meses após o início da construção”. A informação é da Assessoria de Comunicação da Agerba que, inclusive, enviou à Tribuna da Bahia um histórico com a Linha do Tempo do novo

equipamento.

Por sua vez, o Consórcio Terminal Rodoviário de Salvador (CTRS), constituído pelas empresas: Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda (Sinart) e a AJJ Participações e Empreendimentos Ltda não ofereceu nenhuma posição clara dos andamentos dos projetos que estão sendo desenvolvidos em paralelo ao arquitetônico já aprovado.

LINHA DO TEMPO

Um resumo da situação pode ser acompanhado nesta Linha do Tempo: o edital de Concorrência 02/2019 foi publicado no dia 10/05/2019; a publicação

da homologação e adjudicação da licitante vencedora, ou seja, o Consórcio Terminal Rodoviário de Salvador (CTRS), constituído pelas empresas: Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda (Sinart) e a AJJ Participações e Empreendimentos Ltda ocorreu em 14/09/2019; enquanto a assinatura do contrato de concessão do equipamento foi em 29/11/2019.

Nesse ano de 2020 em 18 de fevereiro houve a apresentação dos 03 (três) estudos preliminares de arquitetura do Novo Terminal Rodoviário de Salvador, ficando para o dia 06 de março passado a seleção do estudo preliminar que



TERMINAL
Prazo para execução do e

embasará o projeto arquitetônico do Novo Terminal Rodoviário de Salvador. Nesse mesmo dia 06, o Governo do Estado aprovou o projeto arquitetônico elaborado pelo projetista Victor Serrano, da empresa Prado Valladares Arquitetos.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Saúde

15/06/2020 14:50

Governo entrega novo aparelho de tomografia computadorizada para Teixeira de Freitas

O município de Teixeira de Freitas recebe ainda este mês, um novo tomógrafo de 16 canais comprado pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab). Com investimento de R\$ 1,6 milhão, o equipamento será instalado no Hospital Municipal de Teixeira de Freitas e ajudará no tratamento de pacientes contaminados pelo novo coronavírus, além de atender toda a demanda de alta complexidade da unidade.

O secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, explica que o uso do equipamento assegura um diagnóstico e tratamento mais preciso, seja em casos de Covid-19 ou outras doenças. "Temos o compromisso de investir em inovação e tecnologia, de forma que se reduza o tempo de espera por exames de imagem de alta complexidade e que os níveis de qualidade no atendimento dos pacientes sejam elevados", afirma o secretário.

A tomografia computadorizada de tórax é um importante exame para pacientes que apresentam insuficiência respiratória relacionada à Covid-19, pois indica com mais precisão a condição dos pulmões, além de permitir um rastreamento intermitente da melhora ou piora clínica do paciente.

Fonte: Ascom/ Sesab

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Administração

15/06/2020 13:20

Prática de licitação por videoconferência se consolida no Estado

Em cerca de um mês e meio, o governo baiano já promoveu mais de 20 sessões de licitação pública por meio de videoconferência, além de ter, no momento, convocações publicadas para outras 14 sessões virtuais. A nova prática - regulamentada por meio da instrução normativa número 016/2020, da Secretaria de Administração do Estado (Saeb) - está permitindo aos órgãos estaduais manter o ritmo de contratações essenciais sem comprometer as medidas de distanciamento social necessárias para evitar a contaminação pelo coronavírus.

"As sessões virtuais já se tornaram uma rotina, e a repercussão junto aos fornecedores tem sido positiva", avalia Tatiana Amorim, responsável pela Coordenação Central de Licitação, unidade vinculada à Saeb. De acordo com Tatiana, 11 órgãos estaduais já aderiram até agora à iniciativa, viabilizando a realização de sessões virtuais de licitações em modalidades tão diversas quanto concorrência, tomada de preços, pregão presencial e convite.

Coordenadora de licitações da Secretaria de Educação do Estado, Taíza Cabé conta que o órgão promoveu quatro sessões virtuais e deve realizar mais duas nos próximos dias. As contratações vão viabilizar a construção de sete novas unidades escolares e três complexos poliesportivos no interior do Estado. "Só em uma destas licitações, nós tivemos 21 empresas proponentes, o que demonstra a dificuldade que teríamos para viabilizar uma sessão presencial sem comprometer a necessidade de distanciamento", avalia Taíza.

Encarregado de orçamento da empresa Grado Engenharia, José Augusto Guena já participou de três sessões de licitação por videoconferência e está se preparando para mais duas. "Até agora, não tenho o que reclamar, tem sido feito tudo com muita transparência e além da segurança de evitar aglomerações, a gente ainda ganha tempo porque não é preciso se deslocar do escritório", opina.

Instrução normativa

Embasada em um parecer da Procuradoria Geral do Estado, a instrução normativa da Saeb que regulamenta as sessões por videoconferência recomenda que o recurso seja adotado enquanto durar a situação de emergência provocada pela pandemia, e sempre que o certame for considerado essencial à administração. A transmissão das imagens e sons em tempo real é viabilizada por meio do Microsoft Teams uma ferramenta de colaboração corporativa pertencente à plataforma Office 365. 4.1, adotada pelo governo do Estado.

Uma das principais diferenças em relação às sessões de licitação convencionais é que os envelopes de proposta e habilitação dos licitantes são enviados pelo Correio ou encaminhados por meio de protocolo. "Durante as sessões virtuais, os documentos são abertos e visualizados pelas empresas concorrentes, que também podem se pronunciar por meio de chat", explica Tatiana. Já os contratos administrativos e outros documentos podem ser assinados digitalmente, desde que seja possível aferir sua autenticidade. No caso de documentos assinados da forma convencional, o encaminhamento é feito por meio postal.

Fonte: Ascom/ Saeb

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia
Secom - Secretaria de Comunicação Social
3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB
CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia
Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).
[Versão mobile](#)

Veículo: Metro1	Bahia
Data: 15/06/2020	



Bahia

Rui refuta atraso de pagamento de salários a servidores públicos

Rui falou ainda do combate à doença no interior e afirmou que hoje duas cidades preocupam pelo nível de contágio: Teixeira de Freitas e Gandu



Foto : Camila Souza/GOVBA

Por **Alexandre Galvão** no dia 15 de Junho de 2020 · 14:28

O governador Rui Costa (PT) afirmou hoje (15) que o Estado não trabalha com a possibilidade de atrasar o pagamento de salário dos servidores públicos, mesmo em meio à queda brusca de arrecadação causada pela pandemia do coronavírus.

“Não estamos trabalhando com essa possibilidade. Vamos manter o nível de investimento, isso gera emprego. Estamos ajustando, reduzindo custeio e organizando as finanças. Todo cuidado é pouco, temos que redobrar a atenção, olhar dez vezes as compras”, indicou, em entrevista à Record Bahia.

Rui falou ainda do combate à doença no interior e afirmou que hoje duas cidades preocupam pelo nível de contágio: Teixeira de Freitas e Gandu. Rui criticou, sem citar nomes, o prefeito de Feira de Santana, que reabriu o comércio e viu o número de casos ter crescimento substancial.

“Infelizmente, essa doença se comporta assim. O contágio se dá de uma pessoa para outra. Quanto menor o contato, melhor. Por isso que quando você aglomera, aumenta o percentual de contágio. O Brasil vai pagar um preço alto por não ter tomado o remédio amargo de uma vez só. O Brasil quis tratar como homeopatia. Infelizmente vamos ter que conviver com a doença por muitos meses. Ficando para Estados e Municípios a tarefa de conter. Vamos ficar nesse abre e fecha por alguns meses”, projetou.

Veículo: Política Livre	
Data: 16.06.2020	Caderno: Economia



5 de junho de 2020 | 21:15

Governo do Estado cria Comitê de Transparência

O Governo do Estado criou o Comitê de Transparência, composto pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA), para assegurar o acompanhamento mais rápido e fácil das contas do Poder Executivo pelos órgãos de controle e fiscalização.

De acordo com a Secretaria de Comunicação (Secom) do Estado, alguns procedimentos ainda estão sendo aperfeiçoados para atender às demandas do TCE e do MP-BA.

Veículo: Política Livre	
Data: 16.06.2020	Caderno: Economia



Governador Rui Costa

16 de junho de 2020 | 08:27

Mais 13 municípios têm transporte suspenso na Bahia; total chega a 325

BAHIA

Os municípios Andorinha, Antônio Gonçalves, Belo Campo, Biritinga, Catolândia, Cravolândia, Itambé, Itapebi, Lapão, Nova Ibiá, Nova Redenção, Paratinga e Quijingue terão o transporte intermunicipal suspenso a partir de quarta-feira (17).

A medida de suspensão de transporte, que foi prorrogada até o dia 21 de junho, tem o objetivo de conter o avanço do coronavírus na população baiana. Ficam proibidas nesses municípios a circulação, saída e chegada de qualquer transporte coletivo intermunicipal, público e privado,

rodoviário e hidroviário, nas modalidades regular, fretamento, complementar, alternativo e de vans.

A decisão foi publicada em decreto no Diário Oficial do Estado (DOE) desta terça-feira (16). O decreto ainda autoriza a retomada do transporte em Araçás, Caraíbas, Érico Cardoso, Ibipeba, Ituaçu, Malhada de Pedras, Ourolândia, Pedro Alexandre e Rodelas, cidades com 14 dias ou mais sem novos casos de Covid-19.

Lista de municípios

A Bahia possui 325 municípios com transporte suspenso. São eles:

Acajutiba, Adustina, Água Fria, Aiquara, Alagoinhas, Alcobaça, Almadina, Amargosa, Amélia Rodrigues, Andaraí, Andorinha, Angical, Anguera, Antas, Antônio Cardoso, Antônio Gonçalves, Aporá, Aracatu, Araci, Aramari, Aurelino Leal, Banzaê, Barra, Barra da Estiva, Barra do Choça, Barra do Mendes, Barra do Rocha, Barreiras, Barrocas, Barro Preto, Belmonte, Belo Campo, Biritinga, Bom Jesus da Lapa, Boquira, Brejões, Brumado, Buerarema, Buritirama, Caatiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Caetité, Cairu, Caldeirão Grande, Camacã, Camaçari, Camamu, Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Canarana, Canavieiras, Candeal, Candeias, Candiba, Cândido Soares, Cansanção, Canudos, Capim Grosso, Caravelas, Cardeal da Silva, Casa Nova, Castro Alves, Catolândia, Catu, Cícero Dantas, Cipó, Coaraci, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Coité, Conceição do Jacuípe, Conde, Condeúba, Coração de Maria, Cordeiros, Coronel João Sá, Correntina, Cravolândia, Crisópolis, Cristópolis, Cruz das Almas, Curaçá, Dário Meira, Dias D'Ávila, Dom Basílio, Dom Macedo Costa, Encruzilhada, Entre Rios, Esplanada, Euclides da Cunha, Eunápolis, Fátima, Feira de Santana, Filadélfia, Firmino Alves, Floresta Azul, Formosa do Rio Preto, Gandu, Gentio do Ouro, Glória, Gongogi, Governador Mangabeira, Guajeru, Guanambi, Guaratinga, Iaçú,

Ibicaraí, Ibicuí, Ibipitanga, Ibirapitanga, Ibirapuã, Ibirataia, Ibitiara, Ibotirama, Igrapiúna, Iguaí, Inhambupe, Ilhéus, Ipecaetá, Ipiaú, Ipirá, Irará, Irecê, Itabela, Itaberaba, Itabuna e Itacaré.

A restrição também inclui Itaetê, Itagi, Itagibá, Itajuípe, Itamaraju, Itambé, Itanagra, Itanhém, Itaparica, Itapé, Itapebi, Itapetinga, Itapicuru, Itapitanga, Itatim, Itiruçu, Itiúba, Ituberá, Iuiu, Jacaraci, Jacobina, Jaguarari, Jaguaripe, Jaguaquara, Jandaíra, Jequié, Jitaúna, João Dourado, Juazeiro, Jeremoabo, Jussari, Jussiape, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedão, Lamarão, Lapão, Lauro de Freitas, Licínio de Almeida, Livramento de Nossa Senhora, Luís Eduardo Magalhães, Macarani, Macaúbas, Madre de Deus, Maetinga, Maiquinique, Mairi, Malhada, Manoel Vitorino, Mansidão, Maragogipe, Maraú, Marcionílio Souza, Mascote, Mata de São João, Miguel Calmon, Milagres, Mirangaba, Mirante, Monte Santo, Morro do Chapéu, Mortugaba, Mucuri, Mulungu do Morro, Mundo Novo, Muniz Ferreira, Muquém de São Francisco, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nilo Peçanha, Nordestina, Nova Canaã, Nova Fátima, Nova Ibiá, Nova Viçosa, Nova Redenção, Novo Triunfo, Olindina, Oliveira dos Brejinhos, Ouriçangas, Palmas de Monte Alto, Palmeiras, Paratinga, Paripiranga, Pau Brasil, Paulo Afonso, Pé de Serra, Piatã, Pilão Arcado, Pindaí, Pindobaçu, Pintadas, Piraí do Norte, Piripá, Piritiba, Poções, Pojuca, Ponto Novo, Porto Seguro, Potiraguá, Prado, Presidente Dutra, Presidente Tancredo Neves, Queimadas, Quijingue, Quixabeira, Rafael Jambeiro, Remanso, Retirolândia, Riachão das Neves, Riachão do Jacuípe, Riacho de Santana, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Ribeirão do Largo, Rio do Antônio, Rio Real, Ruy Barbosa, Santanópolis, Salinas de Margarida, Salvador, Santa Bárbara, Santa Brígida, Santa Cruz Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Santa Inês.

Estão com restrição no transporte ainda Santa Rita de Cássia, Santa Teresinha, Santaluz, Santa Luzia, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Santo Estevão, São Desidério, São Domingos, São Félix, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, São José da Vitória, São José do Jacuípe,

São Miguel das Matas, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Sátiro Dias, Saubara, Seabra, Senhor do Bonfim, Sento Sé, Serra do Ramalho, Serra Preta, Serrinha, Serrolândia, Simões Filho, Sítio do Quinto, Sobradinho, Souto Soares, Tanhaçu, Tanquinho, Taperoá, Teixeira de Freitas, Teodoro Sampaio, Teofilândia, Terra Nova, Tucano, Uauá, Ubaíra, Ubaitaba, Ubatã, Umburanas, Una, Urandi, Uruçuca, Valença, Valente, Várzea da Roça, Varzedo, Vera Cruz, Vereda, Vitória da Conquista, Wanderley, Wenceslau Guimarães e Xique-Xique.

Veículo: Política Livre	
Data: 16.06.2020	Caderno: Economia



15 de junho de 2020 | 15:26

Rui garante pagamento de servidores e refuta atraso: ‘Não trabalhamos com essa possibilidade’

O governador Rui Costa (PT) garantiu que o Estado não trabalha com a hipótese de atrasar o salário dos servidores públicos em meio à pandemia do novo coronavírus.

“Não trabalhamos com essa possibilidade. Vamos manter o investimento. Isso gera emprego”, declarou o chefe do Executivo baiano.

“Todo cuidado é pouco”, acrescentou o petista, em entrevista à Record Bahia nesta segunda-feira (15).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 15/06/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 15 de Junho de 2020 - 21:00

Brasil deve fechar um ano com taxa de desemprego em 14,2%, aponta IFI

O Brasil deve fechar o ano de 2020 com uma taxa de desemprego de 14,2%, por causa da pandemia do coronavírus. A estimativa foi feita pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

No ano passado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa foi de 11,9%. O IFI aponta que, em 2020, na pior hipótese, ela pode chegar a 15,3%.

Ao mesmo tempo, o número de pessoas procurando por emprego ativamente também diminuiu, por conta das medidas de restrição impostas por governos e prefeituras durante a pandemia.

De acordo com a estimativa do instituto, o número de brasileiros empregados deve cair 4,8% em 2020. Já a massa salarial média, que é a soma de remunerações recebidas pelos trabalhadores, deve ter redução de 6,5% em relação ao ano passado.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 15/06/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 15 de Junho de 2020 - 18:10

Contas de luz da Bahia ficarão 4,3% mais caras a partir de 1º de julho; veja dicas de economia

A conta de energia dos baianos ficará até 5% mais cara a partir de 1º de julho. Em abril deste ano, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) adiou o aumento a pedido da concessionária, em meio a ações para diminuir os impactos da pandemia do novo coronavírus.

A partir do próximo mês, as contas de luz de residências e pequenos comércios (baixa tensão) vão ter um aumento de 4,32% na tarifa, enquanto para fábricas (alta tensão), por exemplo, o reajuste será de 5,38%.

Porém, os efeitos desse adiamento devem ser sentidos nas contas dos clientes a partir de 2021: a Aneel afirmou que a perda de receita das distribuidoras durante estes meses será levada em consideração no cálculo de reajustes futuros. Além disso, a Coelba, assim como outras distribuidoras de energia que possuem alto volume de energia comprada por meio de leilões (**entenda aqui**), terá um desafio frente a redução da demanda e o aumento da inadimplência. Por esse motivo, o Governo liberou no dia 18 de maio empréstimos de até R\$ 14 milhões para socorrer o setor.

ALTERNATIVAS DE ECONOMIA

Em meio à crise econômica gerada pela pandemia, além do adiamento do reajuste, a Aneel suspendeu por 90 dias os cortes de fornecimento de luz (**veja aqui**). Já a empresa baiana criou uma alternativa para permitir o pagamento da conta de luz com o cartão do auxílio emergencial (**saiba mais aqui**).

Mas algumas dicas podem ajudar a reduzir o valor da conta de luz. Uma delas é evitar equipamentos antigos na sua casa ou empresa. Os principais "vilões" da conta de energia são aqueles associados a mudanças de temperatura. Por isso, verifique sempre o funcionamento de aparelhos de ar-condicionado, forno elétrico, câmara fria, freezer, geladeira e aquecedor, checando também o isolamento térmico do ambiente.

Outra opção é o investimento em energia solar. Apesar do investimento inicial ser alto, o sistema pode reduzir o valor da conta no fim do mês. Uma terceira alternativa, principalmente para empresas, é utilizar medidores de energia inteligentes. CEO da Clarke Energia, Pedro Rio aponta que essa medida é indicada para quem tem contas acima de R\$ 2 mil mensais.

A Clarke, por exemplo, oferece um diagnóstico gratuito feito pelo aplicativo da empresa, disponível para dispositivos iOS e Android. Na plataforma, é possível realizar testes para encontrar formas de economia, como simular a viabilidade da Tarifa Branca – que possibilita o pagamento de valores diferentes em função da hora e do dia da semana em que se consome a energia elétrica. Se o consumidor adota hábitos que priorizem o uso da energia nos períodos de menor demanda (manhã, início da tarde e madrugada, por exemplo), a opção pela Tarifa Branca oferece a oportunidade de reduzir o valor pago pela energia consumida.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor_leitor@grupofolha.com.br

Cartas para o Bordo de Lemeira, 425, São Paulo, CEP 01201-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço.

O centrão é uma força moderadora

Somos, em certo sentido, a governabilidade, a previsibilidade institucional

Arthur Lira

Empresário, agropecuarista e bacharel em direito, é deputado federal (PP-AL) e líder do centrão na Câmara

Somos e seremos sempre realistas. No governo Fernando Henrique Cardoso, a reforma da Previdência era crucial para o país, mas absolutamente impopular. Mesmo assim, votamos pela sua aprovação. No governo Lula, a reforma continuava impopular, mas também votamos "sim". E a situação se repetiu nos governos Dilma Rousseff e Michel Temer. Até que, no governo Bolsonaro, reformar a Previdência se tornou algo popular. Apoiamos, como sempre. E o projeto vingou. Nós mudamos de lado? Não! O país é que amadureceu.

E quem somos "nós"? Nós somos a quilha da nau da democracia, que é o Parlamento, a Casa do Povo. Nós somos uma grande maioria de parlamentares, de diversos partidos, que convergem em ideias centrais. Nós somos, em certo sentido, a governabilidade, a previsibilidade institucional. Nós somos o espaço majoritário que dá suporte aos consensos no território dos dissensos. Nós somos o tecido democrático mais espesso, que quando rasgado provoca rupturas. Nós somos um grande centro agregador de convergências políticas.

Nas crises ou nos momentos de ódio e de bilis, alguns chamam esse grupamento de "centrão", normalmente com desdouro e para estigmatizar. Não importa, contudo, o nome que se dê a essa maioria suprapartidária: o fato objetivo é que é preciso haver uma análise com menos estômago e mais razão sobre a importância real desse vetor político que, na verdade, tem sido o grande estabilizador da democracia brasileira.

Na última semana, os que marcharam pela democracia marcharam também pelo "centrão", por mais que esteja na moda abominável. Afinal, eles marcharam pela de-

mocracia e pelo Congresso — o coração do nosso sistema de liberdades. Esse grande grupo disperso de parlamentares de centro, unidos pela singularidade de conviverem bem com todos os opostos, são uma força moderadora. Por mais tentador (e fútil) que seja vilipendiar esse inimigo sem rosto, é importante entender que o grupo tem e teve, como na Constituinte, um papel histórico relevante.

Quando os partidos passam a compor e a influenciar políticas públicas do Executivo, estamos diante de um avanço, e não de um retrocesso democrático. Não são os partidos que estão sendo cooptados. É o presidente Jair Bolsonaro que faz um movimento institucional de ampla envergadura na direção da democracia e

do resgate da mecânica e da legitimidade da prática política.

Com a terra arrasada da Lava Jato, com razão em muitos casos e criminalizações absurdas e gritantes de abuso do poder em tantos e tantos outros, a sociedade passou a confundir política com criminalidade. Acontece que o problema não é fazer ou não fazer política. A Lava Jato já deixou o seu legado. Além da fiscalização, mudou para melhor a configuração dos partidos e das lideranças. A corrupção sistêmica do passado está morta e enterrada. E a participação dos partidos em governos envolve interesses legítimos.

Fernando Henrique não foi eleito por ser o "pai do Real", uma política pública? É Dilma por focar o PAC? Então, criminalizar a participação em governos — sobretudo no pós-Lava Jato — é apenar o debate e esquecer a história. Bolsonaro foi filiado por muitos anos ao Progressistas e, no primeiro ano do governo, contou com nosso apoio em mais de 90% das votações. Ou seja, a pauta do governo é a mesma do partido.

No fundamental, temos de unir forças e reforçar a nossa democracia com harmonia entre os Poderes. Temos pela frente o desafio de superar a pandemia e recuperar uma economia atingida em cheio pela maior crise em décadas. Precisamos do apoio das principais forças do país, dos empresários, dos trabalhadores. De nossa parte, trabalharemos pela aprovação de todas as reformas e a modernização do Estado.

As nossas tarefas prioritárias são claras: estabilizar as finanças, socorrer os mais necessitados, fazer crescer a economia e o emprego. Não podemos aspirar a menos do que isso. O Brasil não merece menos do que isso. As infâmias passam. A história é que ficará.

[...]

Nas crises ou nos momentos de ódio e de bilis, alguns chamam esse grupamento de "centrão", normalmente com desdouro e para estigmatizar. (...) Não são os partidos que estão sendo cooptados. É o presidente Jair Bolsonaro que faz um movimento institucional de ampla envergadura na direção da democracia

A hora da renda básica

A pandemia escancara e aprofunda as nossas múltiplas desigualdades

João Campos

Deputado federal (PSB-PE)

O processo de concessão do auxílio emergencial jogou luz sobre um enorme contingente da população — aproximadamente 70 milhões de brasileiros —, que, apesar de não ser elegível para as políticas assistenciais existentes, tampouco pode contar com a rede de proteção ao trabalhador, pois, em sua maioria, se trata de trabalhadores informais. A precariedade de sua situação o coloca constantemente sob o risco de cruzar a linha da pobreza. Seu único anteparo, neste momento, é o auxílio de R\$ 600 aprovado pelo Congresso.

É importante lembrar: o Brasil tem a segunda maior concentração de renda do mundo, segundo a ONU. Vivemos no país onde o 1% mais rico concentra 28,3% da renda total. Esse é o tamanho do nosso fosso social, o qual será ainda mais aprofundado pela pandemia.

Recentemente, e sob forte pressão, o governo federal anunciou a prorrogação do auxílio emergencial. No entanto, disse querer reduzir o benefício para R\$ 300. Mesmo que o Parlamento consiga garantir o valor integral, o fim abrupto do benefício significará um perigoso flerte com a fome, a exclusão e o caos social.

Defendo a prorrogação do auxílio no seu valor integral por pelo menos mais três meses. No entanto, defendo, sobretudo, que o fim do auxílio seja seguido pela transição para uma renda básica que garanta a todos a possibilidade de uma vida digna.

Desde o último ano, o Congresso trabalha pela ampliação e moder-

nização do Bolsa Família. Com esse objetivo, um grupo de parlamentares, do qual me orgulho de fazer parte, apresentou o projeto de lei 6.272/2019, um dos principais projetos da Agenda de Desenvolvimento Social da Câmara. O projeto tramitava em uma comissão especial quando fomos surpreendidos pelas crises sanitária e socioeconômica decorrentes do coronavírus.

A pandemia está escancarando e aprofundando nossas múltiplas desigualdades, nos mostrando a neces-

sidade de políticas públicas mais robustas. Na construção de uma proposta de renda básica, estamos trabalhando por uma solução que abarce todos os brasileiros com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, com um benefício para cada membro superior ao que hoje é pago pelo Bolsa Família.

Essa proposta deve considerar a importância de investimentos na primeira infância para o desenvolvimento do país. Economistas renomados como Monica de Bolle e Marcelo Medeiros vêm, há tempos, apontando a necessidade de uma renda básica universal para as crianças e adolescentes de zero a 18 anos. Um benefício de simples operacionalização como esse tem o potencial de proteger as nossas crianças da pobreza intermitente que acomete tantas famílias e traz consigo danos irreversíveis para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional dos nossos jovens.

Para fazer esse diálogo junto à sociedade e ampliar o debate no Congresso Nacional, estamos criando a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Renda Básica. A frente já conta com apoio de parlamentares de 13 partidos diferentes e será um espaço fundamental para essa discussão.

O Congresso tem um compromisso irrevogável com o povo brasileiro, e agora, mais do que nunca, cabe a nós encarar de frente a crise econômica que se aproxima e garantir que a população possa enfrentar esse momento com dignidade.

[...]

Na construção de uma proposta de renda básica, estamos trabalhando por uma solução que abarce todos os brasileiros com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, com um benefício para cada membro superior ao que hoje é pago pelo Bolsa Família

Racismo oculto

Em que mundo bizarro essa escória vive? É um mundo de negação ("Fundação Palmares censura biografias de lideranças negras históricas em seu site", Ilustrada, 15/6). Os ministros e secretários desse desgoverno odeiam tudo aquilo para o que foram designados. Meio ambiente, educação, direitos humanos e agora esse infeliz que nega a sua origem e ofende a sua história. Que os seus dias estejam realmente contados para nos livrarmos dessa quadrilha.

Leny Manzatti Rodrigues (São Paulo, SP)

Agora vejam: eu, por exemplo, sendo chamado a dirigir o Museu Imperial de Petrópolis, a primeira coisa que mando fazer é retirar a estátua de Pedro 2º. É surreal, é inaceitável. Melhor seria criar uma Secretaria de Antirreparação Racial para tentar reescrever a história. E punha-se esse capitão do matoli.

José Freitas (Salvador, BA)

Sara presa

"Ministro do STF manda prender Winter e mais cinco em inquérito sobre atos antidemocráticos" (Poder, 15/6). Ela não deveria ser identificada como "ativista", e sim como neonazista.

Thales Alves (São Paulo, SP)

Só não entendi por que Bolsonaro ainda não foi indiciado com base na Lei de Segurança Nacional, pois ele já infringiu vários artigos dessa lei.

Manoel Raimundo Alves (Caeté, BA)

Discordo do emprego do termo "ativista" para essa baderna. Tal terminologia adequa-se a pessoas que enfrentaram e enfrentam causas justas, legais, jamais para infratores da lei.

Francisco José Bezerra de Menezes (Fortaleza, CE)

A corda e a pseudodemocracia

"General Ramos nega risco de golpe militar, mas alerta oposição para não esticar a corda" (Poder, 12/6). Quem estica a corda e o tempo todo é o próprio Bolsonaro ao testar e corroer as instituições republicanas. O golpe já foi dado, lá em 2016. Agora são mais de 2,700 militares nos primeiros escalões do governo. Esticar a corda? Quem? A oposição? Isso é uma ameaça à nossa pseudodemocracia.

Gustavo Felício Moraes (Rio de Janeiro, RJ)

Interpretação

O ministro Dias Toffoli precisa nos dar a definição do que entende por "ameaça velada, indireta ou direta" e também pelo advérbio "jamais" ("STF jamais se sujeitará a nenhum tipo de ameaça, diz Toffoli", Poder, 15/6). A corte, assim como o Congresso, tem sofrido todo o tipo de acusação e de ataque explícito desde que este governo iniciou seu mandato. Fica portanto a dúvida de quando esta corte encontrará algum ilícito nessas falas. Se não o fizer, corremos o risco de, como tudo o que abarca o jurídico, ficar no campo da interpretação.

Arlindo Carneiro Neto (São Paulo, SP)

Enquanto o capitão-mor lança estultices à porta de seu castelo, seguido pela turba ignara, milhares de brasileiros/brasileiras, de todas as idades, morrem nas frentes de batalha, como em uma guerra medieval. Tivesse ele mais sensibilidade com as mazelas do seu povo, ovisse mais e falasse menos, não viveríamos essa situação calamitosa.

Valter Roberto Lopes Marcondes D'Angelo (Arujá, SP)

IPTU

A crise financeira, agravada pela pandemia, expôs um IPTU injusto e difícil de pagar. Fiz cobrança sobre o assunto aos 55 vereadores da cidade de São Paulo e apenas quatro responderam, e de forma evasiva. A pandemia expôs também o total desprezo que os vereadores têm pelos seus eleitores. Pergunto: para que precisamos de tantos vereadores?

José Carlos Costa (São Paulo, SP)

Ditaduras

Gonzalo Sánchez, ex-militar que integrou um centro de tortura na Escola de Mecânica da Armada, na Argentina, foi extraditado do Brasil para seu país em maio. Naquele local, cerca de 5.000 pessoas foram brutalmente assassinadas ou levadas para os voos da morte. Para serem lançadas no rio da Prata. Que sua prisão sirva de exemplo para outros que continuam foragidos que estão pensando em produzir uma ditadura por aqui.

Carlos Roberto Penna Dias dos Santos (Rio de Janeiro)

Universidades

"Doação a universidade símbolo para negros mostra abismo racial nos EUA" (Mundo, 15/6). Foi estudante da Howard em 2006. Chegou lá por um convênio com a USP financiado pela Capes, numa época em que o ministro da Educação não tinha visões ideológicas contra as ciências humanas. Pela primeira vez na vida estudei com professores e professoras negros, rodeado por uma maioria de colegas negros e negras, num lugar onde se estudam as sequelas da escravidão e do racismo na produção das desigualdades sociais. A Howard prova cotidianamente, há quase um século e meio, que a juventude negra precisa apenas de oportunidade para brilhar.

Thiago Molina doutorando em educação pela Faculdade de Educação da USP (São Paulo, SP)

Mais um



CBMMG/Diáspora

"Incêndio atinge prédio anexo do Museu de História Natural da UFMG" (Cotidiano, 15/6). Fomos surpreendidos nesse dia com mais um incêndio de um museu brasileiro. A bola da vez foi o Museu de História Natural da UFMG. Será que não vamos aprender nada com a maior tragédia nessa área, que ocorreu com o incêndio do Museu Nacional da UFRJ em 2018? Será que nós não conseguimos fazer diferente e cuidar com zelo do patrimônio científico e cultural do nosso país? Expressamos a nossa solidariedade aos colegas de Belo Horizonte e estamos à disposição para ajudar.

Alexander Keltner, diretor do Museu Nacional-UFRJ (Rio de Janeiro, RJ)

Charges

"Por charges críticas, entidade de PMs interpela a Folha e quatro cartunistas" (Poder, 13/6). A irrisação que causava a omissão da Folha no período pré-eleitoral só era minimizada pelos cartunistas, verdadeiras — e únicas — peças de resistência do jornal à época. Que os cartunistas não se deixem intimidar pela retórica violenta da PM de São Paulo.

Anísio Franco Câmara (São Paulo, SP)

Educação

A reportagem "Queda de arrecadação e falta de apoio emergencial empurram educação para colapso" (Educação, 13/6), embora se refira ao momento de pandemia, não traz exatamente uma novidade. Professores relatam há muito um contexto de restrições materiais e pedagógicas decisivo por os resultados decepcionantes das escolas da rede pública estadual paulista. A situação atual deve ser enfrentada com medidas emergenciais, mas também com soluções estruturais, como a revogação da Emenda Constitucional 95 e a aprovação do Fundeb permanente.

Professora Bebel, presidenta da Apeoesp, deputada estadual pelo PT (São Paulo, SP)

Gov. quer suspensão de contrato e corte de jornada por até quatro meses

Prorrogação, por decreto, depende da aprovação de MP no Congresso, esperada para esta terça

Bernardo Caram, Thiago Resende e Iara Lemos

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro prepara um decreto para ampliar o prazo de suspensão de contrato e redução de salário e jornada de trabalhadores, medida adotada para tentar conter demissões durante a crise econômica causada pela pandemia do coronavírus.

A proposta do Ministério da Economia prevê que o prazo máximo para a suspensão integral de contratos seja ampliado dos atuais dois meses para quatro meses. Já a redução proporcional de salário e jornada passaria de três meses para até quatro meses.

O decreto depende da aprovação da MP (medida provisória) 936 pelo Congresso e da sanção presidencial. Foram os parlamentares que incluíram na MP a possibilidade de prorrogação do dispositivo por decreto enquanto durar o estado de calamidade pública, que se encerra em 31 de dezembro.

Pela proposta da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, é possível combinar períodos de suspensão do contrato com redução de jornada, mas ainda está em discussão o prazo máximo a que o trabalhador poderá ser submetido a essas medidas. Hoje, o teto é de 90 dias — o empregador pode, por exemplo, suspender o contrato por 60 dias e, em seguida, reduzir a jornada por mais 30 dias.

O governo espera aprovar a MP no Senado nesta semana sem alterações para que o texto siga para sanção. A votação está prevista para esta terça-feira (16).

A MP que permite a redução de jornada e salário e a suspensão de contratos foi editada em 1º de abril com o objetivo de evitar demissões durante a pandemia. Até o momento, quase 11 milhões de trabalhadores já foram afetados pela medida.

Além disso, estima-se que 1 milhão de empregados que tiveram o contrato suspenso estão voltando ao trabalho em setores que ainda não reabriram, como restaurantes.

Membros do ministério afirmam que a eficácia do programa seguirá sob avaliação, sendo possível a adoção de novas ampliações de prazo no futuro. Para isso, bastará a edição de novo decreto.

Pelas contas da equipe econômica, a medida deveria alcançar 24,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada, mais de 70% de todos os empregados formais do país. Após dois meses e meio de vigência do programa, as adesões estão bem abaixo do estimado. O custo total do programa aos cofres públicos é projetado em R\$ 51,2 bilhões.

Por acordo individual, o empregador pode fazer cortes de jornadas e salários em 25%, 50% ou 70%, a depender da faixa de renda do trabalhador. Nos acordos coletivos, é permitida redução em qualquer percentual.

Trabalhadores afetados pela medida têm direito a uma estabilidade provisória no emprego pelo período equivalente ao da redução do corte de salarial. Se a empresa decidir demiti-lo sem cumprir a carência, precisa pagar uma indenização maior.

O governo paga aos trabalhadores com redução de jornada e salário uma proporção do valor do seguro-desemprego. A compensação é de 25%, 50% ou 70% do seguro-desemprego, que varia de R\$ 1.045 a R\$ 1.813,03. No caso da suspensão de contrato, o empregado recebe valor integral do seguro-desemprego.

O governo e senadores estão sendo pressionados por empresários e até por centrais sindicais para que seja aprovada a nova versão da MP, permitindo uma suspensão de contratos por prazo estendido e ampliação do período de corte de jornada e de salário.

Na semana passada, mesmo líderes da oposição se manifestaram a favor da proposta. "É reivindicação das centrais sindicais que isso seja votado imediatamente, dado esse hiato de que já falaram aos companheiros, em relação aos contratos e a essas questões levantadas na MP", disse o senador Paulo Rocha (PT-PA).

Empresários de setores bastante afetados pela pandemia, como turismo e restaurantes, reclamam que os trabalhadores estão voltando, mas, por medidas de combate à Covid-19, os negócios não estão

em pleno funcionamento.

Senadores chegaram a cogitar um mecanismo para que a prorrogação dos acordos de suspensão de contratos fosse retroativa, para aliviar o caixa dos patrões, mas o governo descartou essa possibilidade. A intenção da equipe econô-

mica e de aliados de Bolsonaro é acelerar a análise da MP. Por isso, o relator da proposta, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), passou a defender que o texto não seja modificado no plenário da Casa.

Em caso de alteração, o projeto teria de voltar à Câmara. Isso atrasaria os planos do governo de prorrogar a medida de suspensão de contratos e corte de jornada e de salários.

Para o presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah, embora a medida não seja o que entidades sindicais buscavam, ela precisa ser votada como garantia da manutenção de empregos. "Não é o melhor texto, mas é o que conseguimos."

Tem gente enfrentando um mar bravo pela primeira vez. E tem o Safra, que há 175 anos mantém o barco navegando.

Para cuidar dos seus investimentos, procure a experiência dos verdadeiros especialistas.

Invista como um especialista. Invista Safra.



Safra

Anúncio publicado em 2003.

Se escolher navegar os mares do sistema bancário, construa seu banco como construiu seu barco: sólido para enfrentar, com segurança, qualquer tempestade.

Jaçob Safra

Ativos e avaliar Círculo de Fomento de Investimento de Ativos e a Seguradora de Investimentos de Fomento de Brasil.

Banco Safra
Bancos e Seguros

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelisa@grupofolha.com.br

Espuma

A pandemia chegou ao Brasil há aproximadamente três meses, mas o causador da Covid-19 ainda vai provocar uma forte disputa no mercado de higiene e limpeza, de acordo com as previsões de quem acompanha a indústria de perto. O desenho do coronavírus começa a ter protagonismo nas propagandas e nas embalagens dos produtos que prometem eliminá-lo, e esse movimento inicial já tem sido escrutinado por concorrentes e órgãos reguladores.

ÁGUA O primeiro ruído veio neste mês, quando a Tixan-Ypê imprimiu a ilustração de um vírus parecido com o coronavírus no pacote de um sabão em pó, mas foi questionada na Justiça pela rival Unilever, teve um processo aberto no Conar e uma suspensão do órgão de defesa do consumidor no Ministério da Justiça.

BOLHA O desejo de muitos fabricantes agora é associar seus produtos à ideia de combate à doença. Embora os especialistas tenham ensinado que álcool em gel ou água e sabão sejam eficazes para preveni-la, a Anvisa diz que há restrições para comunicar esse tipo de atributo ao consumidor.

ENXÁGUE É no terreno da regulação que a indústria compete. Segundo a Anvisa, até agora, o lenço umedecido de desinfetante recém-lançado pela Omo é o único produto no Brasil que apresentou laudo de eficácia contra o Sars-CoV-2. O registro é uma vantagem competitiva que coloca a Unilever, dona da marca, à frente na corrida.

RÓTULO Mas a agência também autoriza outras empresas que já comprovaram eficácia contra vírus parecido, como o HiNi, a fazerem propaganda indireta. Nesses casos, podem dizer que seus produtos ajudam a combater micro-organismos semelhantes.

ASA Afetado pela pandemia, o setor aéreo começa a encerrar as reclamações judiciais dos passageiros que tiveram suas viagens prejudicadas pela paralisação dos voos no fim de março e agora pedem indenização por danos morais.

PISTA O Tribunal de Justiça de SP determinou que a Gol pague cerca de R\$ 15 mil a um cliente após atrasar seu voo em 48 horas sem oferecer hospedagem. Ela também foi condenada a indenizar, no total de R\$ 24 mil, dois passageiros que ficaram sem acomodação após duas remarcações do mesmo voo. Cabe recurso.

TURBULÊNCIA Para o advogado Leo Rosenbaum, do escritório Rosenbaum, os passageiros ficaram mais aterrorizados pela pandemia. A Gol não comenta os processos.

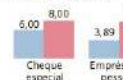
com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JURO

Maio, em % ao mês

■ Mínimo ■ Máximo



Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência maio*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209

Valor máx. R\$ 6.301,06 20% R\$ 1.260,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Aposentado

Até R\$ 1.045 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,96 14%

* O prazo para empresas vence em 18 jun. para pessoas físicas, vence em 22 jun.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Debitar, em R\$
Até 1.903,99	isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	Alíquota	Mínimo	Máximo
De 7,5% a 9,04%	14%	713,09	
Empregador	20%	250,50	1.220,21

* O prazo para o patróio da doméstica vence em 5 jun. A guia de pagamento dos pontos inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o PIS, a multa para a doméstica e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário.



Bruno Funchal, atual diretor na Secretaria de Fazenda do Ministério da Economia. Edição Andréia - 14. abr. 20/Divulgação

Ex-secretário da Fazenda de Hartung no ES substitui Mansueto no Tesouro

Bruno Funchal, que participou de governo marcado por austeridade, destacou-se no Ministério da Economia ao calibrar pacote para estados

Bernardo Caram e Thiago Resende

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) escolheu Bruno Funchal, atual diretor de programa da pasta, como o novo secretário do Tesouro Nacional. Ele assume a vaga de Mansueto Almeida, que anunciou a saída do governo no final de semana.

Ex-secretário de Fazenda do Espírito Santo, Funchal ganhou destaque dentro do governo nos assuntos federativos e atuou nas negociações para calibrar o pacote de socorro financeiro aos estados e municípios, que gerou atritos entre o Congresso e o Ministério da Economia.

Preocupado com o alto custo da proposta que chegou a ser articulada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em abril, a equipe econômica, incluindo Funchal, buscou desarmar o projeto considerado como uma pauta-bomba, pois, segundo os técnicos, poderia superar a despesa de R\$ 200 bilhões.

Dialogando, especialmente com o Senado, o time, do qual ele fez parte, conseguiu um meio-termo com o Congresso para que o impacto fosse menor que a versão aprovada na Câmara. A preocupação era estender o aumento de gastos para os próximos anos e não deixar o efeito limitado a 2020 —ano de calamidade pública causada pela pandemia da Covid-19.

A escolha de Funchal para o posto foi confirmada pelo Ministério da Economia na tarde desta segunda-feira (15). Ele assumirá efetivamente o cargo em 31 de julho. A indicação é vista internamente como uma sinalização do ministro Paulo Guedes de disposição para ampliar o diálogo com o Congresso nas pautas econômicas e reforçar a necessidade de ajuste fiscal.

A equipe do ministro quer intensificar o discurso de que a saída de Mansueto não representa uma mudança no rumo da política fiscal. Estão mantidas as prioridades da pasta para o pós-pandemia, com reformas estruturais, redução das despesas obrigatórias e estímulo ao investimento privado.

Por ser um quadro da pasta, Funchal já está familiarizado com as ações defendidas por

Guedes. Como diretor de programa na Secretaria Especial de Fazenda, ele participou da elaboração do Plano Mais Brasil, conjunto de medidas anunciadas por Guedes em novembro do ano passado para ajustar as contas públicas. O plano inclui, por exemplo, a liberação de dinheiro parado em fundos públicos e o aumento de repasses para estados e municípios desde que os entes também se esforcem para controlar as despesas.

Funchal tem 41 anos, é doutor em economia pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e tem pós-doutorado pelo Impa (Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada). Em 2017 e 2018, foi secretário de Fazenda do Espírito Santo, durante o governo de Paulo Hartung. A gestão foi reconhecida pela austeridade fiscal e adoção de medidas de ajuste das contas estaduais.

Em avaliação feita pelo Tesouro para classificar a capacidade dos estados de honrar seus compromissos financeiros, o Espírito Santo é o único ente com nota máxima. Desde o ano passado, Mansueto já dava sinais de que gostaria de sair do governo, mas foi convencido a permanecer por mais tempo.

No fim de 2019, Guedes chegou a dizer que negociava internamente para tentar segurar o secretário no cargo por ao menos mais um ano. Ele também sugeria que o secretário comandasse o Conselho Fiscal da República, órgão que seria criado com a aprovação das propostas do pacto federativo. Sem votação do Congresso, o órgão ainda não foi criado.

Nas últimas semanas, porém, Mansueto retomou as tratativas com o ministro para que fosse possível uma transição para sua saída.

Funchal ocupa hoje cargo dentro da Secretaria Especial de Fazenda da pasta. O Tesouro Nacional também fica sob o guarda-chuva da Fazenda.

No domingo (14), a decisão de Mansueto de deixar o cargo foi confirmada. O secretário disse à Folha que agora se encontra em momento adequado para que esteja se iniciando uma nova fase para a gestão econômica, com medidas para recuperação da atividade.

"Ou saía agora ou não saía, porque é preciso que seja o mesmo secretário acompa-

Bruno Funchal, 41

Graduado em economia pela Universidade Federal Fluminense, tem doutorado em economia pela FGV-RJ e pós-doutorado pelo Impa (Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada). Atual diretor de programas da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, foi secretário de Estado da Fazenda do Espírito Santo (2017-2018)

nhandos este novo momento." O secretário comanda o Tesouro desde abril de 2018. Assumiu a função no último ano do governo Michel Temer (2016-2018).

Antes, foi secretário de Acompanhamento Econômico e de Acompanhamento Fiscal do então Ministério da Fazenda, na gestão Henrique Meirelles (2016-2018).

Saída de secretário e temor sobre vírus afetam Bolsa e dólar

Isabela Bolzani

SÃO PAULO As preocupações com uma possível nova onda do coronavírus somadas ao anúncio da saída do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, mantiveram a Bolsa brasileira no vermelho nesta segunda-feira (15), apesar da inversão de tendência no exterior.

O Ibovespa, principal índice acionário do país, terminou o pregão com queda de 0,45%, a 92.375 pontos. Segundo o analista da Rico Investimentos Matheus Soares, apesar de a notícia sobre a saída de Mansueto não ser novidade, o viés liberal e o trabalho do secretário agradavam ao mercado.

"Mas já foi anunciado o nome do novo secretário do Tesouro, e o mercado parece ter gostado da nomeação de Bruno Funchal como substituto de Mansueto, entendendo que, com ele, haverá uma continuidade do que vinha sendo feito."

O resultado do Ibovespa veio na contramão das Bolsas americanas, que inverteram o sinal após o anúncio do Federal Reserve (banco central dos EUA) de que começará a comprar títulos corporativos nesta terça-feira (16).

No exterior, S&P 500 e Dow Jones, subiram em 1,88% e 0,62%, respectivamente.

O dólar, por sua vez, teve a quarta alta seguida nesta segunda-feira (15), ao se valorizar em 1,88% e fechar aos R\$ 5,1410.

A moeda também reagiu ao anúncio do Fed e desacelerou a alta de 3,66% que chegou a registrar na máxima do dia.



LOW COST BRITÂNICA VOLTA A VOAR APÓS 11 SEMANAS
Embarque para voo Londres-Glasgow da Easyjet, companhia que demitiu 4.500 funcionários e recebeu £ 600 milhões em socorro do governo; presidente-executivo diz que ar das aeronaves é renovado a cada quatro minutos AFP

Embraer terá US\$ 600 mi para financiar exportações

Liquidez dá respiro à empresa após fracasso de negócio com a Boeing

Ignor Gielow

SÃO PAULO A Embraer fechou um contrato de financiamento de exportações de até US\$ 600 milhões (R\$ 3,1 bilhões neste ano) e as multas que acha que lhe são devidas. A companhia teve um prejuízo de R\$ 1,3 bilhão no primeiro trimestre deste ano, creditando o resultado à finalização de detalhes do acordo com a Boeing, que pararam a produção em janeiro, e à pandemia da Covid-19, que desarranjou todo o mercado aéreo.

A operação não é um socorro com injeção de dinheiro estatal, como o que está sendo discutido para as empresas aéreas brasileiras, que devem lançar debêntures conversíveis.

Trata-se de financiamento de capital de giro para exportações, na modalidade de pré-embarque, com taxas de juros de mercado, segundo a empresa.

O objetivo é dar um sinal de vitalidade. No mundo todo há cancelamentos de encomendas de empresas aéreas devido ao baque da pande-

mia, que reduziu em alguns momentos o tráfego de passageiros em 90% na Europa e nos Estados Unidos.

Até aqui, a Embraer diz que apenas mudou datas de entregas, mas que não perdeu nenhum negócio para o coronavírus.

O fato de trabalhar com aviões de menor capacidade, os chamados jatos regionais, a qualifica para uma posição boa quando houver alguma retomada no setor — que não deve atingir os níveis de 2019 em menos de cinco anos, pela média das previsões.

A expectativa da Embraer é, após ter sua linha comercial reintegrada ao restante da empresa nos próximos meses, trabalhar por uma associação com outra par-

ceira externa.

Há candidatas na China, na Índia e na Rússia, já que a rival europeia da Boeing, a Airbus, se posicionou no nicho da aviação regional comprando a linha da canadense Bombardier.

O processo será conduzido pelo executivo Arjan Meijer, que cuidava de estratégia de vendas da área.

Ele foi anunciado também nesta segunda-feira como substituído de John Slattery, que comandava a área de aviação comercial, mas que saiu para ser presidente da americana GE Aviation.

Meijer era o braço direito de Slattery desde 2016, o que dentro da empresa é visto como sinalização de uma transição sem ruptura.

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon mauro.zafalon@uol.com.br

Receita no campo sobe, mas renda se concentra em MT

A forte demanda externa por produtos agrícolas, principalmente a da China, está dando suporte aos preços internacionais das commodities.

Esses preços externos, somados ao auxílio interno do câmbio, estão dando uma boa liquidez aos produtores agrícolas, em plena pandemia.

Mas há, cada vez mais, uma concentração dessa renda em poucos produtos. Neste ano, apenas soja e milho vão somar 52% de todo o Valor Bruto de Produção das lavouras no país.

E cada vez mais há uma concentração dessa renda em poucos estados. Os produtores de Mato Grosso, que retiraram a soja do campo, e logo em seguida plantaram o milho, vão ficar com um terço de todo o valor da produção desses grãos do país.

Mato Grosso lidera a produção nacional de soja e de milho. O estado tem ainda a liderança na produção de algodão, que renderá mais R\$ 29 bilhões neste ano.

O peso da soja e do milho na composição do valor bruto da produção nacional ocorre porque o país deverá obter safras elevadas e preços melhores para esses dois produtos.

A produção de soja, após ter caído para 15 milhões de toneladas no ano passado, deverá ficar próxima de 120 milhões neste. Além disso, o preço atual da saca está em R\$ 106, com alta de 28% em relação ao de há um ano.

Os dados são do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), que indica boa evolução também nos valores do milho. Eles perderam força nas últimas semanas, mas ainda estão 27% acima dos de há um ano.

Os bons preços da soja, do milho e das carnes provocaram mudanças de cadeiras na liderança nacional do Valor Bruto de Produção.

São Paulo, que, dependendo da situação de mercado, é o estado com as maiores receitas, deverá cair para o terceiro posto neste ano. Mato Grosso liderará, somando R\$ 124 bilhões, e o Paraná, com R\$ 90 bilhões, terá o segundo posto.

Os outros grossistas, além da liderança nacional em soja e milho, encaixam a lista dos que ficaram com os melhores valores de produção na cotonicultura e na bovinocultura.

Café também tem girado a crise do coronavírus e ganha espaço na agricultura. As receitas internas deverão atingir R\$ 28 bilhões neste ano, impulsionadas pela evolução de 28% no valor do café arábica.

toneladas no ano passado, deverá ficar próxima de 120 milhões neste. Além disso, o preço atual da saca está em R\$ 106, com alta de 28% em relação ao de há um ano.

Os dados são do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), que indica boa evolução também nos valores do milho. Eles perderam força nas últimas semanas, mas ainda estão 27% acima dos de há um ano.

Os bons preços da soja, do milho e das carnes provocaram mudanças de cadeiras na liderança nacional do Valor Bruto de Produção.

São Paulo, que, dependendo da situação de mercado, é o estado com as maiores receitas, deverá cair para o terceiro posto neste ano. Mato Grosso liderará, somando R\$ 124 bilhões, e o Paraná, com R\$ 90 bilhões, terá o segundo posto.

Os outros grossistas, além da liderança nacional em soja e milho, encaixam a lista dos que ficaram com os melhores valores de produção na cotonicultura e na bovinocultura.

Café também tem girado a crise do coronavírus e ganha espaço na agricultura. As receitas internas deverão atingir R\$ 28 bilhões neste ano, impulsionadas pela evolução de 28% no valor do café arábica.

PORTEIRA ABERTA As exportações brasileiras do agronegócio, a exemplo do que já havia ocorrido em abril e maio, voltaram a acelerar neste mês, conforme a Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

CARNE BOVINA O preço da tonelada exportada pelo Brasil está, em média, em US\$ 4,354 neste mês, 13% acima do praticado há um ano. Com volume e preços maiores, o setor deverá obter US\$ 700 milhões.

PORTEIRA ABERTA 2 Apenas os produtos ligados à agricultura, excluindo os da indústria de transformação, como carnes e açúcar, deverão obter acima de US\$ 10 bilhões.

SOJA Em nove dias úteis, o Brasil exportou 9 milhões de toneladas. Será mais um mês de ritmo acelerado, com as vendas superando as de junho do ano passado.

SPOM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA UNIDADE RECOMBIO HELVETIA, convidada às empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 001/2020, realizado para a Contratação de empresa especializada em Serviço de Nutrição Hospitalar Transportada. **Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.paulistax.com.br/pregao**

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
C.N.P.J. 00.833.874/0001-55
AVISO DE COTAÇÃO
R4003720 - Aquisição de Computações e Periféricos
OBS.: A pesquisa de mercado observada à Lei Complementar 123 e 147 para possível licitação destinada à MIE/PP.
Recebimento das propostas até 18.06.2020 - 17h, através do fax (11) 3767-4032 ou e-mail: msum@ipt.br e falancian@ipt.br.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones: (11) 3767-4487/4321 - Departamento de Preços e Avaliação de Mercado.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE ENGENHARIA
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
BRASIL
Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo
Projeto Nº: BR-L1401
Empréstimo Nº: 3276/OC - BR
EDITAL Nº 1/PI 345/2019
Objeto: Contratação de Obras de recuperação de pista e implantação de melhorias em trecho da rodovia SP-226 e duplicação da SPA-110/130, totalizando 37,64 quilômetros de extensão, divididos em 02 (dois) lotes.
O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER, comunica que reabre o prazo para apresentação de propostas para o dia 07/07/2020 às 9:30 horas na Avenida do Estado - 777 - Auditório - 5º andar - Ala B.
As empresas interessadas poderão obter maiores esclarecimentos e informações na sede do DER/SP, na Avenida do Estado, 777 - 2º andar - na Cidade de São Paulo - SP, ou através dos telefones (0XX11) 3311.1563, 3311.1579 ou Fax (0XX11) 3311.1561 ou (0XX11) 3311.1594 nos dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas ou pelo site www.der.sp.gov.br.
Permaneçam interessadas as demais condições do edital.
As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.e-negociospublicos.gov.br> e www.der.sp.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE ENGENHARIA
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
BRASIL
Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo
Projeto Nº: BR-L1401
Empréstimo Nº: 3276/OC - BR
EDITAL Nº 02/2020
Objeto: Contratação de Obras de recuperação de pista em diversos trechos das rodovias SP-461 e SP-250, divididos em 03 (três) lotes.
- Lote 1: Recuperação da pista da SP-461 - Rodovia Párcias Bellini, entre o km 94,76 e o km 109,37, no município de Nhandara, com uma extensão de 14,61 quilômetros;
- Lote 2: Recuperação da pista da SP-461 - Rodovia Párcias Bellini, entre o km 109,37 e o km 124,00, no município de Votuporanga, com uma extensão de 14,63 quilômetros;
- Lote 3: Recuperação da pista da SP-250 - Rodovia José de Carvalho, entre o km 71,30 e o km 100,58, trecho Itaipava - Pastagem, com uma extensão de 29,58 quilômetros.
O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER, comunica que reabre o prazo para apresentação de propostas para o dia 07/07/2020 às 11:00 horas na Avenida do Estado - 777 - Auditório - 5º andar - Ala B.
As empresas interessadas poderão obter maiores esclarecimentos e informações na sede do DER/SP, na Avenida do Estado, 777 - 2º andar - na Cidade de São Paulo - SP, ou através dos telefones (0XX11) 3311.1563, 3311.1579 ou Fax (0XX11) 3311.1561 ou (0XX11) 3311.1594 nos dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas ou pelo site www.der.sp.gov.br.
Permaneçam interessadas as demais condições do edital.
As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.e-negociospublicos.gov.br> e www.der.sp.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE ENGENHARIA
REABERTURA DE PRAZO
BRASIL
Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo
Projeto Nº: BR-L1401
Empréstimo Nº: 3276/OC - BR
EDITAL Nº 1/PI 363/2019
Objeto: Contratação de Obras de duplicação e recuperação de pista em diversas trechos das rodovias SP-291, SPA 193/252 e SPA 197/253 totalizando 37,64 quilômetros de extensão, divididos em 3 lotes.
O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER, comunica que reabre o prazo para apresentação de propostas para o dia 23/05/2020 às 15:00 horas na Avenida do Estado - 777 - Auditório - 5º andar - Ala B.
As empresas interessadas poderão obter maiores esclarecimentos e informações na sede do DER/SP, na Avenida do Estado, 777 - 2º andar - na Cidade de São Paulo - SP, ou através dos telefones (0XX11) 3311.1563, 3311.1579 ou Fax (0XX11) 3311.1561 ou (0XX11) 3311.1594 nos dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas ou pelo site www.der.sp.gov.br.
Permaneçam interessadas as demais condições do edital.
As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.e-negociospublicos.gov.br> e www.der.sp.gov.br.

2ª Delegacia Seccional da Polícia de Campinas
PROCESSO Nº 20/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e implantação para o Centro de Operações de Defesa - Centro de Defesa Estadual nº 47, CEP nº 13.060-000, em Campinas e Cadeia Pública de Prisão - OPERAÇÃO DE DEFESA Nº 1587/2019/PROCURADORIA - ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bicajupol.com.br - DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 06/06/2020, DAS 9H ÀS 18H, em Campinas, por intermédio do Sistema Público de Registro Eletrônico de Preços (SICREG) do Estado de São Paulo, no endereço eletrônico: www.bicajupol.com.br.
O Edital também poderá ser consultado através de "download" no endereço eletrônico: www.der.sp.gov.br/website/acessoaslicitacoes/licitacao/gestao/asp.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE ENGENHARIA
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
Acordo de Empréstimo nº: 8272-BR
LPN nº 292/2019
1. O Estado de São Paulo, representado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP, recebeu um empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (divisa em denominação Banco) no montante de US\$ 300.000.000 (trezentos milhões de dólares) para o financiamento do Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente (Projeto de Transporte Sustentável do Estado de São Paulo), e pretende aplicar parte dos recursos em pagamento de documentos de contrato para Contratação de projeto executivo, construção de pier e obras civis de infraestrutura para atualização tecnológica de estação automática de monitoramento da qualidade das águas no âmbito do Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente, financiado pelo Banco Mundial.
2. O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP, doravante denominado Contratante, por seu Superintendente, convoca proponentes elegíveis a apresentarem propostas lacradas para o projeto executivo e as obras descritas no item 1.
3. Licitantes elegíveis interessados em participar do certame, poderão adquirir o conjunto completo em mídia eletrônica dos documentos que compõem o Edital, no horário das 08h00min. às 12h00min. e das 14h00min. às 17h00min, na Avenida do Estado, nº 777 - 2º andar - sala 2012, mediante entrega no ato de um CD-R novo.
O Edital também poderá ser consultado através de "download" no endereço eletrônico: www.der.sp.gov.br/website/acessoaslicitacoes/licitacao/gestao/asp.
4. As propostas deverão ser entregues na Avenida do Estado, nº 777 - Ala B - 5º andar - Auditório - Bairro Ponte Preta - Cidade de São Paulo - Estado de São Paulo - CEP: 01107-000 até às 14h30 min. do dia 03/07/2020 acompanhadas de Garantia de Proposta no valor de R\$ 4.437,00 (quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais) e a abertura dar-se-á logo após o vencimento do prazo do entrega das propostas na presença dos interessados que desejarem assinar a comissão.
5. O Concorrente poderá apresentar proposta individualmente ou como participante de um Consórcio.
6. Maiores informações e consultas poderão ser feitas na Equipe de Licitações e Contratos - EOC, na Avenida do Estado, nº 1400 - Ala A - 2º andar - sala 2012, nos dias úteis das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00 ou pelo site www.e-negociospublicos.gov.br ou www.der.sp.gov.br/website/acessoaslicitacoes/licitacoes/gestao/asp.

Votação de Medida Provisória é destaque no Senado

Entre os destaques na pauta da Câmara estão a medida provisória (que reduz em 50% as alíquotas recolhidas pelas empresas do Sistema "S" e a MP 927, que altera a legislação trabalhista

Por Cristian Klein — Do Rio

16/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A Câmara dos Deputados e o Senado pautaram para votação esta semana sete propostas com relevância econômica e que têm alta chance de aprovação nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o Valor Política.

Na agenda do Senado, o destaque é a MP 936, que permite a redução de salários e de jornada de trabalho durante a pandemia, em 25%, 50% e 75% por até três meses ou a suspensão do contrato por até dois meses. Como houve alterações no texto pelos deputados, os senadores analisam as mudanças. Entre elas está a autorização feita pela Câmara para que o governo prorogue por decreto o período de redução de jornada e da suspensão, que ficariam ambas limitadas, de acordo com as últimas discussões, a quatro meses. Isso requer novas negociação entre empregadores e empregados.

Os senadores apreciam também o projeto de lei que estabelece medidas de apoio aos povos indígenas em razão do novo coronavírus e o que regula a transferência de saldos financeiros dos Fundos de Assistência Social dos Estados e Municípios durante o enfrentamento da covid-19.

Entre os destaques na pauta da Câmara estão a medida provisória (MP) 932, que reduz em 50% as alíquotas recolhidas pelas empresas do Sistema “S” e aumenta a taxa cobrada pela Receita Federal para arrecadar essas contribuições, e a MP 927, que altera a legislação trabalhista com o argumento de dirimir os impactos da pandemia causada pelo coronavírus.

Há ainda o projeto de lei que suspende por 60 dias o pagamento de parcelas de estudantes beneficiados pelo Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e a proposta que prevê o repasse de R\$ 4,25 bilhões do seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Por causa da pandemia, as duas Casas estão com uma agenda reduzida, sem o funcionamento das comissões. A probabilidade de aprovação dos projetos é calculada pelo Cebrap/Ello com base num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Itabuna
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Homem visita seu parente idoso e vê isso debaixo da cama, depois percebe o que é
FREE HUB

LINK PATROCINADO

Mulher engravida após dez anos tentando — quatro dias depois do parto, o médico confessa um erro grave
DAILY MOTIVATION

LINK PATROCINADO

Após a perda de peso, Celine Dion confirma o que sabíamos desde o início
PSYCHICMONDAY

Reforma tributária precisa de versão enxuta, diz Bolsonaro

Mais cedo, secretário da Receita afirmou que mudanças são urgentes e precisam ser mais amplas

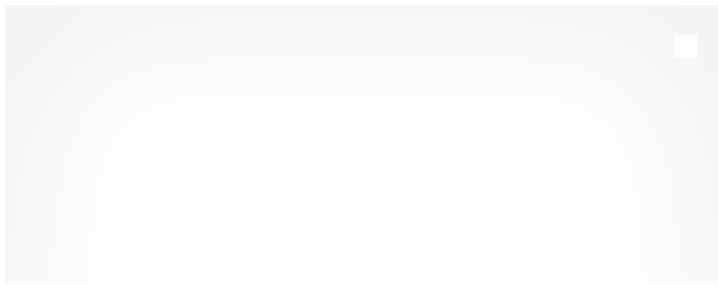
Por Raphael Di Cunto e Mariana Ribeiro — De Brasília

16/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Apesar do discurso da equipe econômica de que é preciso retomar rapidamente as reformas para o país voltar a crescer, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o envio da reforma administrativa pelo governo só ocorrerá no ano que vem e não deu prazo para a proposta de mudanças tributárias.

Bolsonaro disse que é preciso fazer um “bom trabalho de mídia” sobre a reforma administrativa para mostrar que ele não está querendo acabar com a estabilidade dos servidores públicos. Afirmou também que o segundo semestre no Legislativo deve acabar em novembro (quando ocorreriam as eleições municipais, caso sejam adiadas) e, por isso, a proposta, “com toda certeza, fica para o ano que vem”.

As declarações, feitas em entrevista à “BandNews TV”, contrastam com as falas vindas do Ministério da Economia. O ministro Paulo Guedes e técnicos da pasta vêm repetidamente defendendo que a retomada da agenda de reformas no pós-pandemia é fundamental para a atração de investimentos e retomada do crescimento.



Bolsonaro disse ontem que a reforma tributária é “complicada” e que tem repetido para Guedes trabalhar numa versão mais enxuta, com condições de ser aprovada.

Mais cedo, o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, havia dito que a reforma se tornou “ainda mais urgente” e pode ter seus pontos iniciais aprovados ainda neste ano. Para ele, a proposta geral precisará também ser “um pouco mais ampla”, incluindo outras bases além do consumo.

O secretário reforçou que o governo tem a intenção de rever os encargos sobre a folha de pagamento e que o grande desafio é “encontrar as fontes de financiamento” para essa desoneração. Segundo ele, a redução de benefícios fiscais ou a revisão da alíquota de outros tributos podem dar suporte à medida.

Em relação à renda, enfatizou que a intenção é aumentar a progressividade para as pessoas físicas. Já para as pessoas jurídicas, é estudada a revisão na forma de apuração do lucro real e a redução das alíquotas.

Tostes afirmou que a proposta federal para o consumo, de unificação de PIS/Cofins, é aderente aos projetos de reforma em tramitação no Congresso, que incluem outros tributos, de competência estadual e municipal. Alguns pontos, no entanto, ainda precisam ser “equacionados”, ressaltou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Itabuna
VARIZERO

Economistas lançam plano de reforma tributária global

O americano Joseph Stiglitz e o francês Thomas Piketty, a indiana Jayati Ghosh e o colombiano José Antonio Ocampo defendem que a perda de arrecadação dos governos com a crise de covid-19 seja compensada com maior tributação às corporações multinacionais e oligopólios, às gigantes digitais e aos bilionários

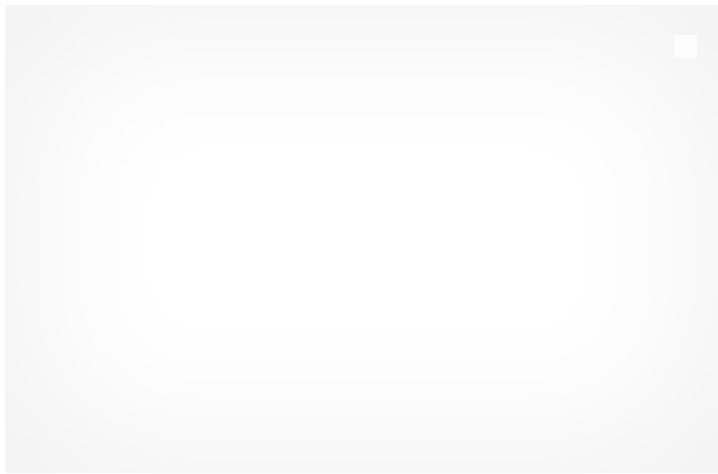
Por Daniela Chiaretti — De São Paulo

16/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A conta dos grandes gastos globais com a pandemia em saúde, empregos e renda não deveria cair desproporcionalmente sobre os países e grupos sociais mais vulneráveis. Alguns dos economistas mais famosos do mundo defendem que a perda de arrecadação dos governos seja compensada com maior tributação às corporações multinacionais e oligopólios, às gigantes digitais e aos bilionários. A retomada deveria marcar, também, o fim da era dos paraísos fiscais.

O americano Joseph Stiglitz e o francês Thomas Piketty, a indiana Jayati Ghosh e o colombiano José Antonio Ocampo lideram uma iniciativa que dá impulso à necessidade de uma reforma tributária global. Isso ocorre num momento em que os governos estão tendo de aumentar suas dívidas para fazer frente às demandas da saúde e no suporte às economias nacionais.

Essa discussão existia pré-pandemia. Há um debate sobre o tema conduzido pela OCDE com o G20, ou seja, entre os países mais ricos do mundo. Ali, por exemplo, discute-se uma forma para que empresas declarem, país a país, seus lucros. Seria uma espécie de registro internacional de ativos.



Com a pandemia, contudo, o debate por um marco tributário mundial mais inclusivo pode ser postergado. Os economistas do grupo de Stiglitz e Piketty não apoiam o adiamento. Eles também preferem que esse tema seja conduzido pelas Nações Unidas.

Tributar patrimônio é outra ideia defendida pelo grupo que, em 2015, fundou com alguns líderes de ONGs a Independent Commission for the Reform of International Corporate Taxation (Icric). Lançaram ontem o relatório “A Pandemia Global, Recuperação Econômica e Sustentável e Tributação Internacional”, com apoio da Oxfam.

“Quem pode pagar mais, deveria pagar mais. A tributação não pode ser distorcida. Queremos um sistema que seja justo”, disse Stiglitz, Nobel de Economia em 2001, em coletiva virtual.

O relatório sugere cinco passos para ajudar governos a lidarem com a perda de arrecadação: taxar mais as grandes corporações e oligopólios; taxar globalmente empresas em, no mínimo, 25% para evitar que procurem países de menor tributação; dar transparência às empresas que se beneficiarem de ajuda pública com a divulgação de relatórios; publicar, também, os recursos em contas offshore; introduzir impostos progressivos às gigantes digitais.

“As companhias de internet são as grandes beneficiárias da pandemia”, seguiu Stiglitz, ex-economista chefe e vice-presidente do Banco Mundial e hoje professor da Universidade Columbia. Citou o caso de empresas sediadas na Irlanda, país que oferecia menos tributação do que outros da União Europeia. Quando as regras

mudaram, as companhias migraram para outros paraísos fiscais. “Estas empresas têm quase um compromisso de não pagar impostos.”

“A pandemia, ironicamente, ajuda essas mesmas companhias que promoveram uma evasão de seus impostos no passado”, continuou. “Enquanto vemos empresas pequenas quebrarem, observamos que essas grandes vão muito bem. Em parte porque não pagam o que seria justo, em impostos.”

Globalmente estima-se que 40% dos lucros no exterior sejam dirigidos a paraísos fiscais, diz outro relatório da Icrict. Um estudo do FMI descreve perdas anuais superiores a US\$ 500 bilhões, de empresas que buscam países que tributam menos para declararem ganhos.

“Na crise de 2008 entendemos bem os resultados das atividades de evasão de impostos das multinacionais. Estamos em situação cem vezes pior”, afirmou Stiglitz.

Com ele concorda Thomas Piketty, conhecido por seus estudos sobre desenvolvimento econômico e distribuição de riqueza e renda. “As lições da história nos mostram que temos hoje uma crise sem precedentes, com fechamento total de economias. Temos que inventar novas soluções”, seguiu o francês. “É importante pensar em um novo sistema. Com a crise, isso se torna ainda mais agudo.”

Piketty lembrou que a tributação sobre o patrimônio foi tema de destaque nas primárias da eleição presidencial dos Estados Unidos e que a ideia ganha espaço na Alemanha, Reino Unido e França. O tema, acredita, “terá que ser enfrentado no momento em que precisarmos fazer novos investimentos em hospitais e serviços públicos e tivermos que lidar com dívidas públicas muito grandes”.

Piketty, contudo, diz que não há uma solução única para a retomada global da economia no pós-pandemia e defendeu que se invistam em tecnologias verdes.

“Temos um sistema [tributário] injusto no mundo”, disse José Antonio Ocampo, presidente da Icrict e do comitê de políticas de desenvolvimento do Ecosoc, o conselho econômico e social da ONU. “Muitas corporações promovem evasão de impostos através de vários mecanismos”, seguiu.

Para Ocampo, um sistema global e transparente de ativos ajudaria as autoridades fiscais a saber “quem são os proprietários de diferentes formas de riqueza”, seguiu. “Deveria haver tributação sobre o patrimônio e, para que isso possa ser feito, temos que saber nas mãos de quem está a riqueza”, continuou o economista colombiano.

A economista indiana Jayati Ghosh lembrou que a pandemia já aumentou a desigualdade nos países. “Temos um desastre econômico e sanitário em muitos países”. Muitos trabalhadores informais não tiveram nenhuma renda nos últimos meses, disse. “Há países em desenvolvimento que não podem gastar em saúde pública, muito menos prevenir a fome.”

Em 2019, segundo a Oxfam, os bilionários do mundo - 2.153 pessoas - registraram mais riqueza do que as 4,6 bilhões de pessoas mais pobres. Mais de um bilhão de trabalhadores estão ameaçados pelo desemprego.

O comércio global pode cair 32% este ano, no cenário pessimista da OMC e 9% segundo o FMI. Na América Latina a pandemia pode levar a uma queda de 5,3% no PIB, a maior da história da região. Mais de meio bilhão de pessoas podem ser lançadas à pobreza no mundo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Itabuna
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Homem visita seu parente idoso e vê isso debaixo da cama, depois percebe o que é
FREE HUB

LINK PATROCINADO

Sofre por triglicéridios no sangue? Veja isso imediatamente.
DBT COLESTEROL

LINK PATROCINADO

Mulher engravida após dez anos tentando — quatro dias depois do parto, o médico confessa um erro grave
DAILY MOTIVATION

Escolha de Bruno Funchal agrada especialistas

O sucessor de Kawall é visto como um nome técnico, que manterá a orientação da política fiscal

Por **Leila de Souza Lima e Lucas Hirata** — De São Paulo

16/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A escolha de Bruno Funchal para assumir a Secretaria de Tesouro Nacional no lugar de Mansueto Almeida foi bem recebida de modo geral por economistas do mercado e especialistas em contas públicas. Ele é visto como um nome técnico, que manterá a orientação da política fiscal. Há quem destaque, porém, que a saída de Mansueto é uma perda importante para o governo, ainda que Funchal seja um bom substituto.

O sucessor de Mansueto é visto de maneira positiva por Carlos Kawall, que já ocupou o cargo em 2006. De acordo com Kawall, Funchal tem um atributo importante para dar continuidade ao processo de ajuste fiscal sob a tutela de Paulo Guedes: a experiência com as contas públicas de estados. Funchal já trabalhou na secretaria da Fazenda do Espírito Santo e está na equipe de Paulo Guedes desde o início do governo de Jair Bolsonaro. “Conhecimento das contas dos Estados e municípios é algo particularmente importante agora e depois da pandemia, que causou esse desvio do ajuste fiscal”, diz Kawall, diretor do ASA Bank.

O economista afirma, ainda, que o processo de transição do cargo é outro fator positivo. A substituição só ocorre daqui dois meses, no fim de julho, quando espera-se que pior da crise da covid-19 tenha passado. Até lá, será possível conhecer um pouco melhor o perfil de Funchal afirma Kawall. Além disso, a chegada do novo secretário ocorre antes da apresentação do orçamento de 2021, algo que essencial para entender como será o caminho de volta ao ajuste fiscal após a pandemia.

Para Kawall, a saída de Mansueto está sendo feita de maneira gradual, sem uma grande ruptura no meio da pandemia, o que contribui para evitar estresse no mercado. Ele explica que a partida do setor público é algo natural, principalmente, para Mansueto que já passou por duas gestões presidenciais diferentes nos quatro anos que esteve no cargo. “Mansueto deixa um legado muito importante para condução das contas públicas, como a lei do teto de gastos. A situação está muito mais controlada do que antes de sua gestão.”

Para José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos, a mudança não altera a trajetória da política econômica, tampouco é indício de que o ministro da Economia, Paulo Guedes, venha a deixar o governo. “Essa escolha é claramente um sinal de que a política econômica vai continuar na mesma direção, isso na minha visão, porque o Bruno tem uma cabeça muito parecida com a do Mansueto. É um cara que entende a necessidade de se fazer ajuste fiscal. Inclusive, como secretário de Fazenda no Espírito Santo, ajudou a colocar as contas do Estado em dia”, afirma Camargo.

Segundo ele, o ministro da economia buscou um nome com o pensamento alinhado aos seus objetivos. Isso é um indicativo, frisou ele, de que Guedes não deve se desviar das metas que persegue desde que assumiu o cargo no governo de Jair Bolsonaro.

Apesar de considerar Funchal um nome técnico adequado ao Tesouro, o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, avalia que a saída do secretário Mansueto Almeida ocorre em meio a uma conjuntura crítica, o que pode ocasionar alguns impactos negativos para a política econômica. “Óbvio que a saída de Mansueto traz uma repercussão negativa por tudo o que ele conhecia sobre política fiscal, sobretudo num momento como esse, com o aumento da dívida que teremos nesse ano.”

Para Vale, Mansueto tinha papel importante a desempenhar como grande conhecedor dos grandes números fiscais e formulador de políticas públicas. “Ele tinha uma conexão antiga com o Congresso, o que facilitaria todo esse processo que vamos atravessar.” Ele ponderou, contudo, que a experiência como secretário de Fazenda no Espírito Santo faz de Bruno Funchal boa promessa. “Pode até ser que a

gente venha ter com ele o que tivemos com a Ana Paula Vescovi, que também veio do Espírito Santo e foi uma secretária do Tesouro muito boa.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Itabuna
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Garçonete passa bilhete para um homem casado, e só depois esposa entende o que dizia.
FREE HUB

LINK PATROCINADO

Mãe de Colorado adota duas crianças e mais tarde fica sabendo quem eles realmente são
DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

As mulheres adoram essas luvas
LUVA ULTRA CLEAN

LINK PATROCINADO

A esposa de Everton Soares é provavelmente a mulher mais bonita do Brasil
TRADING BLVD

LINK PATROCINADO

Garota posta selfie online — imediatamente, todas as unidades da polícia são acionadas!
DAILY MOTIVATION

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Onyx diz que governo vai estruturar programa de microcrédito para informais

VALOR INVESTE

Coronavírus pode acabar com voos baratos na Europa, diz agência

VALOR INVESTE

Crise no Brasil segue longe de melhorar - mas o Ibovespa nem liga

Arrecadação federal desabou em maio 31%, aponta cálculo

Não tem horizonte otimista no curto prazo, diz pesquisadora

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

16/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Pressionada pelas medidas adotadas pelo governo para combater os efeitos econômicos da pandemia, a arrecadação federal de maio ficou em R\$ 79,337 bilhões, uma queda real de 31,3% na comparação com maio de 2019, segundo cálculo prévio de Juliana Damasceno, pesquisadora da área de economia aplicada do Ibre-FGV.

O trabalho utiliza como base os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal. O dado oficial será divulgado pela Receita após o dia 20.

No acumulado do ano, as receitas estão em R\$ 579,119 bilhões, queda real de 11,6% na comparação com os primeiros cinco meses de 2019.

Os dados de maio apontam para queda de 30,8% nas receitas administradas e recuo de 51,7% nas não administradas. No acumulado do ano, as receitas administradas caíram 11,9% e as não administradas apresentaram crescimento de 28,9%.

“Desde o início das medidas de enfrentamento econômico da pandemia, vemos o efeito dos diferimentos dos principais impostos, adotados para aliviar a situação das

empresas”, disse a pesquisadora. O quadro tende a se tornar mais severo quanto mais tempo durarem essas medidas.

No caso da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o recuo registrado no mês de maio foi de 55% e de 26% no acumulado do ano. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) caiu 47% no mês e 21,1% no ano.

As receitas da Previdência caíram 33,6% no mês e 13,9% no ano porque, tal como no PIS/Cofins, seu recolhimento tem sido adiado. Isso afetou a contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os recolhimentos do Simples Nacional. Da mesma forma, foi adiado o recolhimento do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), o que explica a queda de 59,1% no mês e de 48,4% no ano.

Mas não só o diferimento tributário tem efeito sobre a arrecadação federal. As receitas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) recuaram 66,9% em relação a maio de 2019. No ano, o recuo é de 17,3%. Reflete a decisão de reduzir a zero a alíquota do tributo nas operações de contratação de crédito, no período de 3 de abril a 3 de julho.

Outro efeito observado pela pesquisadora ocorreu no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os recolhimentos do tributo pelas montadoras caíram 85,6% no mês e 52,2% no ano, reflexo de dois movimentos: a compensação de créditos tributários por parte das empresas e a queda nas vendas. No IPI total, a redução foi de 31,4% no mês e de 15,8% no ano.

“Não tem horizonte otimista no curto prazo”, disse Juliana, referindo-se ao desempenho da arrecadação federal. Ela ressaltou que estão em curso discussões para postergar várias dessas medidas, de forma que não é possível antecipar quando o fluxo normal de pagamentos será retomado. Não está claro, também, se serão adotadas medidas de estímulo à retomada no campo tributário.

As variações negativas grandes decorrem da comparação de dois períodos distintos de atividade econômica, observou. Da mesma forma, a tendência é que as variações sejam fortes quando a normalidade for retomada.

Tesouro dobra gasto para honrar dívida de Estado e município

Desembolsos em maio somaram R\$ 1,4 bilhão

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

16/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Em meio à pandemia de covid-19, o Tesouro desembolsou R\$ 1,37 bilhão para honrar dívidas não pagas por dez Estados e dois municípios em maio. O valor é 96,22% maior que o registrado no mesmo mês de 2019, de R\$ 696,9 milhões, de acordo com o Relatório de Garantias Honradas pela União.

O maior valor foi relativo ao Rio de Janeiro, que teve R\$ 798,6 milhões honrados. Na sequência, aparecem Pernambuco (R\$ 265,6 milhões), Tocantins (R\$ 88,9 milhões), Goiás (R\$ 75,3 milhões), Piauí (R\$ 48,6 milhões) e Minas Gerais (R\$ 42,7 milhões). Também foram pagas dívidas do Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e São Paulo, além de débitos das prefeituras de Natal (RN) e Cachoeirinha (RS).

No acumulado de janeiro a maio, o Tesouro bancou R\$ 4,25 bilhões em débitos, crescimento de 42,35% em relação ao mesmo período do ano passado.

Foram honradas dívidas de 13 Estados e seis municípios nos primeiros cinco meses do ano, com destaque novamente para o Estado de Rio de Janeiro, que teve R\$ 1,5 bilhão bancado.

Atualmente, a União está impedida de executar as contragarantias de diversos Estados que obtiveram liminares no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019 e 2020 suspendendo a execução das referidas contragarantias, e também as relativas ao Rio de Janeiro, que está sob o Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Pelo procedimento regular, a União, como garantidora de operações de crédito, é comunicada por credores de que o Estado ou município não quitou determinada parcela da dívida. O Tesouro Nacional (que representa a União), então, informa o mutuário da dívida para que se manifeste quanto aos atrasos nos pagamentos e, caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo, paga os valores em questão. Após a quitação, a União inicia o processo de recuperação de crédito por meio da execução das contragarantias previstas nos contratos com Estados e municípios.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Itabuna
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Garota posta selfie online — imediatamente, todas as unidades da polícia são acionadas!
DAILY MOTIVATION

LINK PATROCINADO

Um homem visita seu parente idoso e vê isso debaixo da cama, mas só depois percebe o que é
FREE HUB

LINK PATROCINADO

Há um truque WD-40 que todos devem saber
DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Novo carro de Faustão mostra o quanto ele é rico
MISS PENNY STOCKS

Governo quer facilitar recontratação de demitido

Ideia discutida é permitir readmissão em menos de 90 dias

Por Raphael Di Cunto e Fabio Graner — De Brasília

16/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Alexis Fonteyne, deputado do Novo: na hora que vier a retomada da economia, é óbvio que o empresário vai preferir recontratar o ex-funcionário de volta — Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

O governo pretende mudar uma portaria do extinto Ministério do Trabalho para permitir que um funcionário demitido possa ser recontratado num prazo inferior a 90 dias enquanto durar a pandemia da covid-19. A vedação existe para evitar fraudes no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e no seguro-

desemprego, mas há o entendimento de que agora, com as incertezas sobre a reabertura da atividade econômica, muitas empresas foram forçadas a demitir e ficariam impedidas de contar com seus antigos empregados por causa dessa norma.

Essa proibição poderia atrapalhar até uma retomada mais rápida da economia, afirmam os defensores da mudança, porque o novo contratado não teria experiência na rotina da empresa e teria que passar por treinamento. “Ninguém sabe como ou quando será a retomada. Tem empresas que entraram na MP 936 e seguraram [as demissões] e tem empresas que disseram: tinha uma grana e mandei todo mundo embora para ter certeza de que vou conseguir honrar com minhas obrigações. Mas, na hora que vier a retomada, é óbvio que esse empresário vai preferir o ex-funcionário de volta porque já conhece a índole dele, tem experiência e sabe a rotina da empresa, mas aí vem uma CLT da vida e diz que não pode”, diz o deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP), que apresentou projeto de lei com o mesmo objetivo em estudo pela equipe econômica do governo.

A vedação a recontrações num prazo inferior a três meses surgiu por uma portaria em 1992, para evitar que o empregador e trabalhador forjassem a demissão para que o funcionário sacasse os recursos depositados no fundo e voltasse à empresa em seguida. Nesses casos, a multa de 40% por dispensa sem justa causa costuma ser devolvida ao patrão. Outra fraude era que o funcionário ficasse recebendo o seguro-desemprego (de R\$ 1,8 mil mensais) enquanto trabalhava “por fora” para a empresa - uma medida provisória (MP) mudou em 2015 as regras do benefício para dificultar essa irregularidade.

Esse tipo de ardil já chegou até a gerar processos criminais contra trabalhadores, com o dono da empresa como coautor do crime, diz o advogado Antonio Carlos Matteis de Arruda Junior, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. “Permitir a recontração pode ter duas consequências: ser positivo para gerar emprego e renda, mas negativo se fomentar as dispensas fictícias e as fraudes”, opina.

Outro tipo de irregularidade que pode ocorrer, segundo Arruda, é a dispensa e recontração com salário menor, já que a Constituição proíbe reduzir o salário do funcionário sem acordo coletivo - casos como os cortes de até 50% permitidos pela

MP 936 são extraordinários, em razão da covid-19, e exigem como contrapartida a diminuição da jornada de trabalho.

Fonteyne admite que reduções podem ocorrer, “para adequar o salário à nova realidade do país”, mas diz que nenhum empresário pretende fazer isso porque “é a pior coisa do mundo ter um funcionário em situação quase que de humilhação, de rebaixamento”. “Esse funcionário trabalha mal, com raiva, com falta de vontade. Fica com o pensamento de que ‘abaixaram meu salário, então também vou produzir metade’”, afirma.

Já Arruda discorda e cita casos de burla a norma que prevê irredutibilidade dos salários. “A criatividade empresarial é incrível. A pessoa é capaz de fazer cisão da empresa, criar outro CNPJ e contratar nele por um salário menor dizendo que agora ele é funcionário do CNPJ 2 e não do 1, mas ambos serem parte de um mesmo grupo econômico. Não dá para acreditar nessa ideia de que não vão querer recontratar por medo de litígio judicial”, afirma ele.

Na equipe econômica, o debate é justamente sobre como evitar fraudes com a mudança, que só valeria para a pandemia - após isso, voltaria o prazo normal de 90 dias. Segundo uma fonte, a vedação está no mapeamento de medidas necessárias para combater a crise, mas ainda está em estudo como flexibilizá-la sem abrir espaço para irregularidades. O texto só não avançou mais, ressalta, porque publicar a portaria no começo da pandemia estimularia demissões, mas agora já há um arcabouço de medidas para evitá-las. Também não foi batido o martelo ainda sobre qual seria o prazo entre demissão e recontração nem o período de validade da nova portaria.

Pelo projeto dos deputados do Novo, o prazo seria suspenso enquanto durar o estado de calamidade pública (aprovado pelo Congresso para ir de março até 31 de dezembro, mas que pode ser prorrogado).

A proposta foi apresentada no dia 8 e Fonteyne estará em Brasília esta semana para conversar com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e os líderes partidários para tentar votar o projeto em plenário ou incluir como emenda na MP 927, que modifica a legislação trabalhista para enfrentar a crise causada pela covid-19.

Sucessor de Mansueto no Tesouro indica estratégia de continuidade

Bruno Funchal foi secretário da Fazenda do Espírito Santo

Por **Lu Aiko Otta e Raphael Di Cunto** — De Brasília

16/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Bruno Funchal: futuro secretário do Tesouro foi um dos responsáveis pelo ajuste fiscal do governo capixaba — Foto: Edu Andrade/Ascom/ME

O Ministério da Economia anunciou ontem o início de um processo de transição na Secretaria do Tesouro Nacional. O titular do órgão, Mansueto Almeida, dará lugar ao economista Bruno Funchal no dia 31 de julho.

A escolha indica continuidade na estratégia de ajuste das contas públicas, num momento marcado pela forte deterioração fiscal, devido ao impacto da pandemia da covid-19. A arrecadação despenca, com a retração da economia, e os gastos aumentam com força. O nome de Funchal foi bem recebido pelo mercado e por especialistas em contas públicas (*ver abaixo*).

Funchal é atualmente diretor de Programa da Secretaria Especial de Fazenda e nessa posição participou das principais discussões sobre política fiscal, entre elas a elaboração das propostas de emenda à Constituição (PECs) do Plano Mais Brasil.

Mostra também que o ministro da Economia, Paulo Guedes, decidiu reforçar uma área em que os problemas prometem se avolumar com a pandemia: as finanças de Estados e municípios. Funchal foi secretário de Fazenda do Espírito Santo e, sob seu comando, o Estado foi classificado como Capacidade de Pagamento (Capag) A, pelo Tesouro Nacional. No período mais recente, participou das negociações do pacote de ajuda de R\$ 60 bilhões a governadores e prefeitos.

Também estavam no páreo para o Tesouro pessoas de perfil semelhante: Caio Megale, que foi secretário de Fazenda da cidade de São Paulo e atualmente é diretor de Programa no Ministério da Economia; Priscilla Maria Santana, subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais no Tesouro Nacional e Jeferson Bittencourt, atual secretário especial adjunto da Fazenda.

O Tesouro é responsável também pela gestão da dívida pública mobiliária federal. É uma área com forte estrutura institucional que tem funcionado de forma estável ao

longo dos anos.

“Consideramos um excelente nome, assim como o secretário Mansueto”, disse o presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles. “Além disso, foi secretário de Estado de Fazenda, logo conhece bem a realidade dos Estados.”

“Ele é muito bom e acho que aponta na mesma direção do Mansueto, até porque o Bruno é alguém muito ligado ao [ministro] Paulo Guedes”, afirmou o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), que foi relator, na Câmara, do chamado “Plano Mansueto”. O deputado elogiou o preparo e o tato político de Funchal, que participou de todas as discussões da proposta.

O “Plano Mansueto” era um programa no qual o Tesouro se comprometia a entrar como avalista de empréstimos tomados por Estados. Em troca, exigia cortes nos gastos e outras medidas de ajuste. A proposta estava em análise quando começou a pandemia. Foi necessário, então, modificar totalmente o texto, que acabou convertido no projeto que permitiu a transferência dos R\$ 60 bilhões aos Estados.

Para o trabalho do “Plano Mansueto” original não se perder, Pedro Paulo o reapresentou como um novo projeto de lei complementar, o 110/2020.

“A gente tinha 14 Estados que entraram na pandemia com o gasto de pessoal acima de 60% e sete deles em calamidade fiscal”, disse. “Os Estados vão sair da pandemia com as contas muito piores do que estão agora.” Por isso, afirma, o debate sobre as finanças estaduais permanece e ganha importância.

Nos próximos dias, o Tesouro deve enviar ofícios a uma dezena de Estados informando-os sobre o descumprimento de compromissos assumidos em contratos de renegociação de dívida assinados em 2016, no âmbito da Lei Complementar 156. O governo federal pode cobrar uma multa. Essa que deverá ser incorporada ao saldo das dívidas.

O Rio de Janeiro está entre eles. Em meio a uma crise política, com o governador ameaçado de impeachment, o Estado tampouco cumpriu os compromissos assumidos com o Tesouro Nacional no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal

(RRF), que lhe garantia a suspensão de dívidas. Pode, por isso, ser retirado do programa, o que significaria, em tese, a retomada dos pagamentos.

A pandemia não só piorou as contas públicas, como mudou o ambiente político para as discussões de medidas de ajuste, avalia Pedro Paulo. O debate sobre a prorrogação e eventual perenização do auxílio emergencial é um exemplo. Com impacto sobre as taxas de popularidade do presidente Jair Bolsonaro, já está claro que o benefício continuará. A discussão é sobre o formato e as fontes de financiamento. A equipe econômica busca formas de minimizar seu impacto fiscal.

Para o deputado, cresceu a noção, no Congresso, que não é hora de retirar dinheiro da economia. Nesse meio de cultura, medidas de ajuste fiscal e cortes nas despesas do setor público encontram menos apoio do que havia antes da pandemia. O próprio governo tem à frente um dilema a ser resolvido: qual o nível de estímulo governamental à retomada da atividade econômica. A discussão de medidas estruturantes, como as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) do plano Mais Brasil, ficou em segundo plano durante a pandemia.

A saída de Mansueto da equipe de governo não é uma surpresa. Desde antes da pandemia, ele já vinha falando em privado que estava cansado e pretendia deixar o cargo. No posto desde abril de 2018, ele havia acertado com Guedes, ainda durante a transição, que permaneceria apenas seis meses. Ficou um ano a mais.

Guedes, que já demonstrou em público seu apreço pelo trabalho de Mansueto, pretendia transferir o secretário no Conselho Fiscal da República, um grupo com integrante dos três Poderes dedicado a discutir a situação fiscal. Está previsto em uma das PECs do Mais Brasil, a do Pacto Federativo. Porém, as discussões estão paradas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Itabuna

Veículo: Estadão	
Data: 16.06.2020	Caderno: Economia



Fiador

Sem Mansueto, agenda fiscal só avançará caso esteja afiançada pelos três poderes e pela sociedade civil

Ana Carla Abrão*, O Estado de S.Paulo

16 de junho de 2020 | 04h00

Em tempos de **covid-19** e isolamento social, pouco mais de quatro meses parecem uma eternidade. Mas era logo ali, em janeiro de 2020, que se discutia (mais uma vez) o teto de gastos, a regra de ouro e o ajuste dos Estados e municípios. No caso do teto de gastos, já são quatro anos de questionamentos recorrentes. Desde a aprovação da emenda constitucional do teto dos gastos públicos, em dezembro de 2017, o tema ressurgiu a cada ameaça de rompimento

do teto. Idem para a regra de ouro. A crise dos subnacionais já entra no seu 6.º ano. Ou seja, no campo fiscal não produzimos novidades já há algum tempo. Só há os velhos problemas, que se agravaram com o tempo e mais ainda com a gigantesca crise de saúde que vivemos.

Os números projetados para 2020 demonstram esse agravamento. A expectativa é que a combinação de aumento dos gastos e queda no **PIB** leve a uma elevação substancial da relação dívida/PIB. Projeções de mercado apontam para números superiores a 90%. O déficit primário, cuja meta para 2020 era de R\$ 124,1 bilhões, pode atingir, segundo estimativas da **Instituição Fiscal Independente (IFI)**, quase R\$ 900 bilhões, considerando os gastos dos programas de combate aos impactos da pandemia, anunciados e aprovados nos últimos meses – e a provável extensão do **auxílio emergencial** por mais 2 meses. Apesar da ineficiência na distribuição dos recursos – e também por isso –, a realidade será um aumento de gastos, uma retração do PIB e uma queda de receita sem precedentes em período tão curto. Há justificativas para isso. Só não se pode tomá-las como dadas sem que se estruture um plano de resposta que sinalize alguma reversão no médio prazo. E é isso que está faltando.

Há três grandes focos prioritários de atuação que exigem planejamento e ações coordenadas para que possamos curar as feridas abertas por uma crise que assola um país tão injusto socialmente e tão frágil economicamente como o **Brasil**. O primeiro deles é a desigualdade social. A crise atual escancarou os

nossos problemas sociais e colocou ainda mais em xeque a posição do Estado brasileiro como promotor de igualdade de oportunidades. Há, sim, que se rever nossa rede de proteção social, mas também é preciso ressuscitar um projeto amplo de reforma administrativa – e não só para servidores futuros, mas também os atuais –, que permita uma melhor alocação de recursos e garanta qualidade dos serviços públicos. Há os que interpretam a atual situação como indicadora da necessidade de um Estado grande ou, de forma ainda mais eloquente, defendam que não se deve falar em reforma do Estado. Ledo engano. Se o nosso Estado fosse maior, seria ainda mais ineficiente do que já é, mas gastando ainda mais do que gasta hoje. Essa falsa dicotomia só se presta a nublar a necessidade de uma máquina pública mais eficiente, ágil e justa.

O segundo foco é o crescimento. Os motores de crescimento da economia brasileira já vinham falhando antes mesmo de serem desligados pela pandemia. Será necessário um programa de retomada que olhe, de forma coordenada, para ações estruturais de melhora no ambiente de negócios, concessões e privatizações e reforma de marcos legais que permitam atrair investimentos privados e motivem o aumento da confiança dos agentes. Essa agenda precisa ser mapeada, priorizada, comunicada e trabalhada junto ao **Congresso Nacional**. Ela não nasce, cresce e se concretiza por geração espontânea.

Finalmente, há o foco no fiscal. Há um caminhão de problemas nos aguardando na esquina. Problemas que também não se resolverão sem um

amplo programa de consolidação fiscal que atinja as linhas de receita e de despesa dos orçamentos públicos das três esferas administrativas. Pela receita, há que se pensar na eficiência tributária e na eliminação de dispositivos que, sabemos, muito agradam alguns e pouco ajudam a maioria. Um sistema tributário regressivo, injusto e gerador de ineficiências alocativas precisa ser reformado. É passada a hora de enfrentar os lobbies e as resistências que travam o avanço de uma reforma tributária mais ampla. Ou será isso ou a discussão de elevação da carga tributária ressurgirá, a porta conhecida para um aumento futuro de gastos. Mas há ainda três PECs com efeito fiscal relevante a serem aprovadas e, novamente, a reforma administrativa, que consegue percorrer os três focos citados com igual relevância.

Para essa agenda, perderemos a liderança de **Mansueto Almeida**, que deixa a **Secretaria do Tesouro Nacional** após dois anos de grandes contribuições e de um excepcional trabalho construindo pontes, defendendo o ajuste fiscal e evitando ameaças frequentes de desvios de rota. Fica aqui nosso agradecimento a esse grande servidor público, que bem pontuou que o posto de fiador da agenda fiscal é do ministro **Paulo Guedes**. A acertada escolha de Bruno Funchal para substituí-lo reforça que, de fato, é esse o caso. Mas vale lembrar que a agenda fiscal, de tão complexa, só avançará a contento caso esteja afiançada por todos: governo, Congresso, Judiciário e sociedade civil.

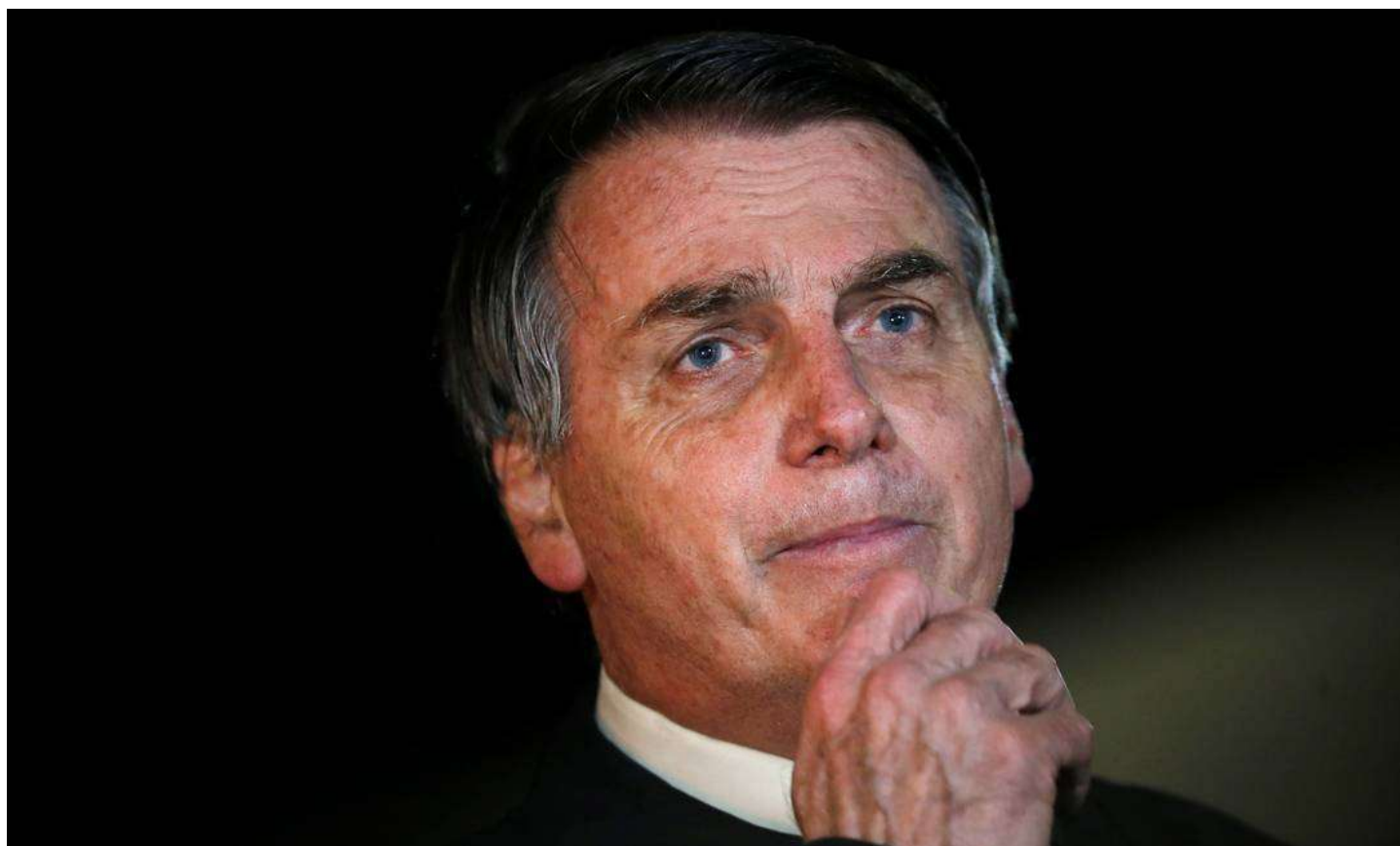


'Reforma administrativa fica para o ano que vem', diz Bolsonaro

Presidente defendeu "guerra de mídia" para que o texto final não seja mal compreendido pelos servidores

Victor Farias e Marco Grillo

15/06/2020 - 18:50 / Atualizado em 15/06/2020 - 18:55



O presidente Jair Bolsonaro, no Palácio da Alvorada Foto: Adriano Machado/Reuters/22-05-2020

Newsletters

PUBLICIDADE

Assinado com O Globo

Gerenciar

coronavírus e das eleições, programadas para o fim do ano. Ele disse também que é necessário uma "guerra de mídia" para conseguir aprovar o projeto. As afirmações foram dadas na "BandNews TV".

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

- O segundo semestre acho que acaba em novembro, por que as eleições, né? Então, com certeza, fica para o ano que vem - disse ao ser questionado sobre a proposta.

Bolsonaro defendeu que é necessário fazer um plano de mídia, enquanto elabora a proposta de reforma na administração pública, para não chegar no "final da linha algo completamente distorcido".

- Por exemplo, nós não queremos acabar com a estabilidade dos servidores, mas, a partir do momento que você bota na proposta que a partir de agora não vai ter mais estabilidade, o que chega para todos os 12 milhões de servidores do Brasil é que estão acabando com a estabilidade deles, então é um desgaste muito grande - afirmou.

PUBLICIDADE

do Parlamento. Mas que o ministro da Economia, Paulo Guedes, estaria caminhando para uma proposta que "possa ser aprovada".

- A reforma tributária é complicada porque, quando entra no Parlamento, os interesses dos governadores, dos prefeitos, do próprio governo federal, de outros grupos... É o que eu falo pro Paulo Guedes: tem que ser uma reforma que possa ser aprovada. O Paulo Guedes tá caminhando nessa direção. A reforma perfeita nós estamos tentando há 30 anos pelo menos - comentou.

O GLOBO RECOMENDA

Após encontro de Weintraub com manifestantes que atacaram STF, Bolsonaro estuda demissão



Doe alegria: projeto dá máscaras com sorrisos estampados a voluntários de projetos sociais



Operação da Polícia Civil e do MP mira empresário ligado ao jogo do bicho e PMs



Thainá Duarte, atriz da série 'Aruanas', cria projeto para ajudar mulheres vítimas de violência doméstica



Você não vai mais querer viajar em um cruzeiro após ver essas imagens

Trendscatchers |

Patrocinado

PUBLICIDADE